Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo

7º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de julho a 30 de setembro de 2020

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

15/10/2020

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão, no período de 01 julho a 30 de setembro de 2020, com o objetivo de verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como se sabe desde o final de março de 2020, o Estado de Minas, bem como o país como um todo tem passado por grandes desafios impostos pela pandemia do novo Coronavírus – COVID 19. Depois de realizadas todas as medidas de engenharia financeira, gerencial e administrativa necessárias à adequação do Contrato de Gestão às restrições financeiras e de saúde pública descritas no Relatório Gerencial referente ao 6º Período Avaliatório, esse período se caracterizou pelo desenho da retomadas das atividades presenciais nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Seguindo as orientações e diretrizes emanadas da SUPEC/SEJUSP vinculadas aos protocolos e parâmetros do Programa Minas Consciente, o Instituto Elo organizou a volta ao trabalho dos profissionais dos programas nos municípios com autorização para retomada. Isso ocorreu de maneira paulatina e gradativa ao longo do trimestre de modo que ao seu final apenas os municípios de Uberlândia ainda não tinha o desenvolvimento de atividades presenciais das equipes.

Mesmo com essa retomada, uma parte considerável das atividades típicas dos programas ainda está suspensa como a realização de encontros em grupos que são estratégicas de atendimentos em vários programas. No programa Fica Vivo, durante o período foi desenvolvido pela Direção do Programa o plano de retomada das oficinas com a definição de parâmetros e diretrizes para se retomar oficinas do programa nos municípios em que ele atua. No plano foi desenhado um cronograma para a retomada

de 3 oficinas por unidade de prevenção em cada um dos períodos seguindo a seguinte escala:

Oficinas retomadas em 01/09/2020 – 1ªOnda
UPCs de Santa Luzia

UPC de Juiz de Fora

UPC de Montes Claros

UPC de Governador Valadares

UPC de Vespasiano

Total de oficinas em funcionamento atualmente: 14

Oficinas a serem retomadas em 19/10/2020 – 2ª Onda

UPCs de Contagem

Oficinas a serem retomadas em 13/11/2020 – 3ª Onda

3 oficinas para cada UPC de BH

UPCs de Betim

Oficinas a serem retomadas em 01/12/2020 – 4ª Onda

3 oficinas para cada UPC de Neves

3 oficinas para UPC de Uberlândia

Assim, ao longo do período as equipes, sob orientação da gestão social, supervisão metodológica e direção dos programas foram ajustando novamente as estratégias, para com os cuidados necessários, retomarem as atividades de atendimento direto ao público. O resultado disso foi a ampliação dos atendimentos ofertas, mesmo que com novas maneiras de se acessar a ofertar os serviços ao público. No período foi possível realizar acumuladamente e conjuntamente pelos programas aproximadamente 82 mil atendimentos. Com isso, observou-se também a ampliação da realização das metas dos indicadores. Sendo assim, na sequência descrevem-se os resultados de cada um deles.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					7º° Período Avaliatório Jul/20 a Set/20	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	16.739	16.410
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.037	952,67
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	4.746	6.497
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.107	39
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	5.267	52
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	63.141	32.216
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	297	153

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					7º° Período Avaliatório Jul/20 a Set/20	
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	220	113
		3.2	Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	60%	13,3%
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	112	490
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	33.199	24.710
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5	72%	78,9%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	1.971	3.917
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	11.167	8.785
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	81,74%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	845	1.541

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					7º° Período Avaliatório Jul/20 a Set/20	
6	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção	6.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	3	100%	-
		6.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	3	15	9,8
7	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	7.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	52	59
		7.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	3	-
		7.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	4	3	3
		7.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	4	3	3
8	Gestão da Parceria	8.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	-
		8.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
16.739	**16.410**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à
Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.
Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:
1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram realizados cumulativamente 16.410 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até setembro de 2020 era de 16.739 a mesma atingiu percentual de 98,03 % de realização. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 1 – Distribuição do Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC

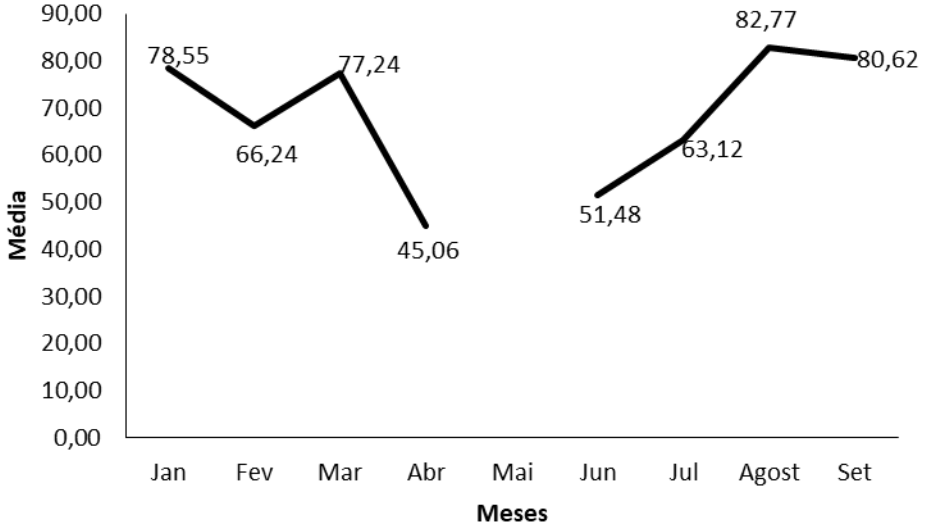
UPC	5º e 6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	224	62	56	82	424
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	270	25	55	65	415
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	217	56	79	73	425
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	223	66	83	73	445
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA (Atividades suspensas em 06/2020)	208	-	-	-	208
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	281	86	41	54	462
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	137	39	33	48	257
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO (Atividades suspensas em 06/2020)	301	-	-	-	301
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	260	60	67	64	451
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	232	51	58	60	401
BELO HORIZONTE-SERRA	313	35	33	66	447
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	373	81	63	93	610
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	303	77	79	86	545
BETIM-CITROLÂNDIA	502	66	72	92	732
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS (Atividades suspensas em 06/2020)	399	-	-	-	399
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	450	111	117	130	808
BETIM-PTB	318	80	81	82	561
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	440	76	102	204	822
CONTAGEM-RESSACA	408	59	450	163	1080
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	422	49	98	74	643

GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	605	59	76	76	816
IPTATINGA-BETHÂNIA	311	-	-	-	311
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	362	72	75	83	592
MONTES CLAROS- CRISTO REI (Atividades suspensas em 06/2020)	141	-	-	-	141
MONTES CLAROS- SANTOS REIS	244	53	60	66	423
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	232	43	47	45	367
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES (Atividades suspensas em 06/2020)	431	-	-	-	431
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	242	49	59	60	410
SANTA LUZIA-PALMITAL	430	56	51	41	578
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	266	74	69	61	470
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ (Atividades suspensas em 06/2020)	342	-	-	-	342
UBERLÂNDIA-MORUMBI	320	66	64	74	524
VESPASIANO-MORRO ALTO	314	90	84	81	569
TOTAL	10.521	1.641	2.152	2.096	16.410

No período entre os meses de janeiro a setembro de 2020, as equipes do Programa Mediação de Conflitos realizaram acumuladamente 16.410 atendimentos, sendo 7.328 atendimentos entre janeiro de março e 3.194 atendimentos entre abril e junho de 2020 e mais 5.889 atendimentos entre julho e setembro. Observa-se nesse período, mesmo diante ainda das restrições associadas ao contexto de pandemia e as necessárias medidas sanitárias e de distanciamento implementadas, uma retomada das atividades do programa. Nesse período, a média de atendimentos realizados a cada mês chegou a 80% da média realizada nos meses pré-pandemia, o que reforça a perspectiva que o Programa Mediação de Conflitos tem conseguido retomar suas atividades através da implantação e execução de novas práticas metodológicas. Contudo, essa diferença é justificada em boa medida pela redução do número de equipes do programa, que passou de 33 para 26 unidades (-21%). Apesar do impacto no número total absoluto deste indicador com a suspensão das atividades em algumas unidades de prevenção e também do cenário que ainda se apresenta como desafiador em termos de intervenções com grupos maiores é possível, portanto, endossar a leitura de estabilização na condução do trabalho, com adaptação de novos fluxos e instrumentos de atendimento.

Esta tendência positiva também se apresenta na observação das médias de atendimento por equipe, que atingem e ultrapassam levemente os patamares antes alcançados nos primeiros meses do ano. Inclusive, neste índice, o desempenho nos meses de agosto e setembro, quando temos de forma integral o retorno presencial das equipes nos territórios, é o melhor de todo o ano de 2020. No 1º trimestre do ano, o número médio mensal de atendimentos por equipe foi de 74. No atual período avaliatório, as equipes realizaram, em média, 75 atendimentos, valor levemente superior ao daquele período, a despeito da ausência de estagiários em todo o programa e do terceiro analista em algumas equipes.

Gráfico 1 – Média de atendimentos por equipe – PMC janeiro a setembro de 2020



Todavia, apesar do desempenho global positivo, é preciso considerar que as equipes enfrentam desafios particulares e podem apresentar desempenhos díspares. A média total de atendimentos realizados por equipe durante o 3º trimestre do ano foi de 242, um patamar que é ultrapassado por 5 equipes: PTB, Morro Alto, Jardim Teresópolis, Nova Contagem, Ressaca. Estas equipes contabilizam 1.916 atendimentos no período, o que corresponde a 32,6% do desempenho do programa. Estas equipes com desempenhos superiores à média trazem aspectos que nem sempre terão relação entre si. A equipe do PMC Ressaca desenvolveu nos meses de agosto e setembro um projeto de prevenção no formato virtual, contando com a participação média de 40 mulheres, com intervenções diárias, num total de 14 encontros. A possibilidade de um número considerável de encontros/intervenções no formato virtual gerou um elevado número de atendimentos nesse período. Logo, o alto desempenho da equipe referente a este indicador tem uma relação direta com a execução do projeto.

O PMC Nova Contagem também se destaca em relação ao desempenho nesse indicador. Durante o teletrabalho a equipe teve um aumento expressivo em relação às práticas coletivas de atendimento, sobretudo em organização comunitária. Desta forma, com várias frentes de discussão/intervenção junto à comunidade, os números de atendimento foram ampliados, principalmente em agosto e setembro. Ressalta-se ainda que essas articulações resultaram em um projeto de prevenção que também aumentou as possibilidades de intervenção comunitária, o que também repercute positivamente no número de atendimentos.

Mesmo com a retomada presencial do trabalho, foi possível manter os atendimentos virtualmente, o que destacamos de modo geral como aspecto positivo para as equipes do PMC. A possibilidade de flexibilização entre os formatos de trabalho (teletrabalho e presencial) neste período que ainda aspira cuidados em relação a aglomerações tem sido muito bem adaptado pelas equipes e gerado bons resultados frente ao público atendido.

Com o retorno ao trabalho presencial, a equipe do Jardim Teresópolis reassumiu os patamares de atendimento do ano de 2019, em número mensal superior a 100. No atual período avaliatório, os atendimentos se concentraram na modalidade individual (91%), sendo que a maioria das fichas individuais abertas nos últimos três meses se refere a pessoas já atendidas pelo programa (37%) ou encaminhadas pela rede parceira (16%). Esses dados parecem indicar que a atuação da equipe *in loco*, paralela à retomada das atividades de instituições públicas locais e municipais, contribuiu para a retomada do expressivo volume de atendimentos da equipe na unidade de prevenção. Sugerem também a referencialidade e a boa avaliação do Programa junto a pessoas já atendidas, na medida em que recorrem novamente à equipe, endereçando outras demandas. Somam-se a esses fatores a manutenção dos atendimentos online e a gradativa reconfiguração das ações coletiva.

Panorama parecido pode ser observado a partir da atuação do PMC Morro Alto. A equipe tem sustentado nos últimos três meses um ritmo mensal de 80 a 90 atendimentos. Trata-se do melhor desempenho da equipe no ano, incluído o período pré-pandemia. Esse bom resultado pode estar associado à combinação exitosa de modalidades individuais de atendimentos presenciais e online (82%), somada a uma quantidade regular e constante de atendimentos coletivos online (18%), junto a um grupo de referências comunitárias do Morro Alto. Da mesma forma que o verificado no PMC Jardim Teresópolis, uma parcela significativa de fichas novas abertas no período foram de pessoas já atendidas anteriormente no programa (42%), dado que pode também representar a chegada de demandas represadas ou de atendimentos interrompidos durante a pandemia.

Quanto à equipe do PMC PTB, o retorno ao regime de trabalho presencial em agosto gerou uma maior diversificação dos atendimentos da equipe, que duplicou o número de pessoas atendidas em relação ao mês anterior (de 23 para 51). O crescente endereçamento de demandas individuais nesse período - 84% dos atendimentos da equipe - pode estar relacionado ao esforço sistemático de divulgação da retomada presencial do programa em grupos de Whatsapp com referências (como o do coletivo "Mulheril Clã"). A redução da oferta de serviços públicos nas comunidades atendidas pela equipe, decorrente das escalas de trabalho e das medidas profiláticas na pandemia também pode ter contribuído para o influxo de pessoas que, em outras circunstância, poderiam endereçar suas demandas a outras instituições da rede. Esse aspecto está refletido no percentual de casos individuais novos que ainda não haviam passado por nenhuma outra instituição pública (80%).

Na outra ponta, equipes como PPL, Justinópolis e Serra apresentam os menores volumes de atendimentos no período. No caso do PMC PPL, a conformação de uma nova equipe coincidiu com o contexto da pandemia, de modo que o desafio de vinculação às redes comunitárias teve que realizar-se de maneira remota. A equipe vem investindo esforços em aumentar sua capilaridade e conseguiu, no mês de setembro, o melhor desempenho do ano, cerca de 50% maior do que aquele realizado no 1º semestre. O PMC Justinópolis enfrentou um contexto atípico nos últimos meses, que foi a impossibilidade de reposição da licença maternidade de uma analista, de modo que entre meados de março e setembro, a equipe foi composta por apenas 1 pessoa. Este cenário, somado ao contexto de pandemia, interrompeu uma investida em Ações de Organização Comunitária que eram desempenhadas em parceria com equipes de saúde da família como forma de aumentar a capilaridade em microterritórios estratégicos. É importante salientar que esta equipe também tem como desafio uma grande procura por atendimento de regiões distantes à área de abrangência, o que demanda uma avaliação permanente e cuidadosa do direcionamento dos esforços de trabalho.

Ao longo do ano de 2019, o PMC Serra não teve dificuldades em superar 100 atendimentos mensais. Além da notável quantidade de casos individuais encaminhados pelo CRAS, a atuação da equipe esteve alicerçada em práticas coletivas de atendimento presencial, na participação em reuniões de coletivos feministas e em circulações cotidianas pelas comunidades que compõem o aglomerado, ocasiões em que era possível atender demandas espontâneas e dialogar com referências comunitárias. Cada uma dessas exitosas frentes de atuação foram duramente restringidas no cenário de pandemia. A equipe cuja composição foi reduzida e modificada nos primeiros seis meses do ano está em processo de reconstrução das linhas de trabalho com ênfase na diversificação territorial e temática, na divulgação do programa em meios digitais e em reuniões comunitárias e ainda na consolidação de rede sociais mistas de enfrentamento às violências. Os primeiros resultados quantitativos desse esforço de reinvenção já começam a aparecer. Em setembro, o número de atendimentos dobrou em relação aos três meses anteriores aproximando-se do patamar da meta.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.037	**952,67**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:
1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram atendidas em média 952,67 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.037, a mesma alcançou 91,86% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC				
UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA 7° PA
BELO HORIZONTE-CABANA	29	28	44	33,67
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	14	30	34	26,00
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	31	29	41	33,67
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	23	25	32	26,67
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA (Atividades suspensas em 06/2020)	-	-	-	-
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	47	18	28	31,00
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	11	13	15	13,00
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO (Atividades suspensas em 06/2020)	-	-	-	-
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	42	49	48	46,33
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	31	32	23	28,67
BELO HORIZONTE-SERRA	20	26	51	32,33
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	43	34	51	42,67
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	34	51	44	43,00
BETIM-CITROLÂNDIA	32	40	45	39,00
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS (Atividades suspensas em 06/2020)	-	-	-	-
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	34	64	84	60,67
BETIM-PTB	23	51	52	42,00
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	49	54	134	79,00
CONTAGEM-RESSACA	34	54	44	44,00
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	13	48	31	30,67
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	21	41	38	33,33
IPTATINGA-BETHÂNIA (Atividades suspensas em 06/2020)	-	-	-	-
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	30	39	34	34,33
MONTES CLAROS-CRISTO REI (Atividades suspensas em 06/2020)	-	-	-	-
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	21	36	45	34,00
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	24	24	33	27,00

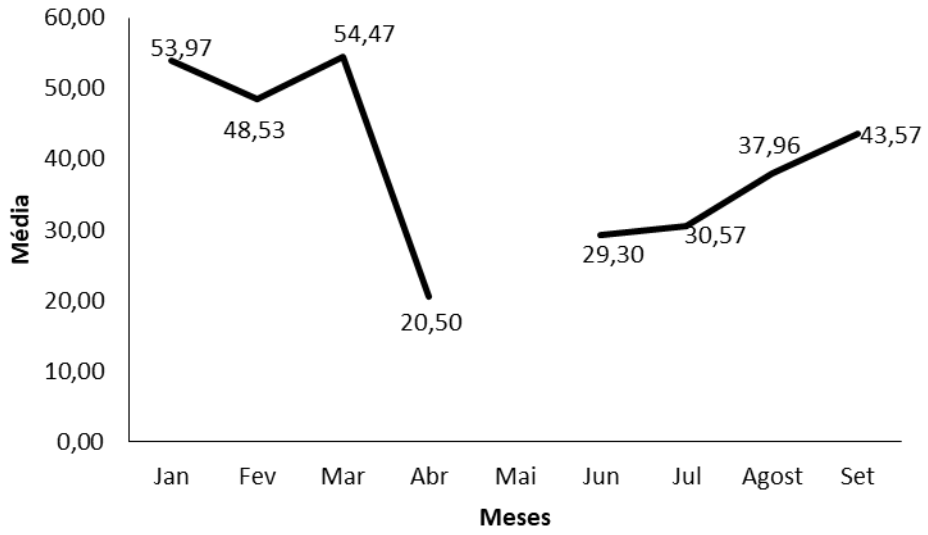
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES (Atividades suspensas em 06/2020)	-	-	-	-
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	34	35	35	34,67
SANTA LUZIA-PALMITAL	32	36	22	30,00
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	33	27	30	30,00
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ (Atividades suspensas em 06/2020)	-	-	-	-
UBERLÂNDIA-MORUMBI	21	26	35	27,33
VESPASIANO-MORRO ALTO	51	50	48	49,67
TOTAL	777	960	1.121	952,67

O indicador 1.2 foi o mais impactado pelos atravessamentos inesperados das medidas de isolamento social e pela inclusão do trabalho remoto como dinâmica predominante entre os meses de março e agosto. Se tomarmos a média mensal de pessoas atendidas entre o 1º e o 2ª trimestres do ano (excluindo-se maio, em razão das férias coletivas das equipes), veremos que a média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos cai de 1.702 para 786 pessoas, um decréscimo da ordem de 54%, o que aponta uma menor capacidade neste período de alcance de pessoas ainda não atendidas pelo PMC.

O desempenho das equipes no 3º trimestre aponta para uma tendência de recuperação, com uma média mensal de 948 pessoas atendidas, algo 21% superior em relação ao trimestre anterior. Nota-se, ainda, uma tendência de aumento progressivo, com número absoluto de pessoas atendidas de 778, 952 e 1.113 nos meses de julho, agosto e setembro, respectivamente.

Esta tendência é também reforçada quando observamos a média mensal de pessoas atendidas por equipe ao longo do ano, onde a tendência de ampliação após o mês de julho é sustentada, conforme apresentado no gráfico 2

Gráfico 2 – Média de pessoas atendidas por equipe – PMC janeiro a setembro de 2020



Todavia, as equipes ainda não conseguem atingir o patamar antes desempenhado nos primeiros meses do ano. E isto se deve a um contexto de pandemia que ainda permanece e configura as possibilidades de interação com o público e também aponta para um acompanhamento com aspectos antes não experimentados pela equipe. Alguns fatores acabam tendo impacto direto sobre este indicador tais como retomada dos vínculos em contexto de permanência do isolamento social que restringe algumas intervenções coletivas, manutenção da interação remota e necessidade de maior frequência de interação com as mesmas pessoas para realizar atendimento de maneira remota.

As equipes com menor desempenho foram PPL, Santa Lúcia e Vila Cemig. Como apontado para o indicador anterior, a equipe da PPL é nova no território e ainda carece se vincular às redes comunitárias de maneira mais duradoura, algo que tem sido desafiado pela impossibilidade de provocar aglomerações e circular com mais regularidade pelo território. A equipe tem se esforçado em encontrar alternativas que aliem medidas de biossegurança e o contato com referências comunitárias, que contribuam para a maior divulgação do programa entre os moradores.

Em relação a Vila Cemig, características da própria comunidade em acessar a unidade de prevenção de maneira espontânea para atendimentos, muitas vezes sem agendamento prévio, foi um fator desafiador em relação aos atendimentos, uma vez que a

diminuição da circulação das pessoas no território e, consequentemente, nos equipamentos, impactou nos resultados referentes a este indicador. Além disso, foi preciso um alinhamento/acompanhamento da equipe para que os registros de atendimentos estivessem em consonância com o trabalho que vinha sendo realizado e muitas vezes não era refletido quantitativamente, o que já tem apresentado resultados próximos ao que vinham sendo observados no último P.A.

Nos últimos três meses, a equipe do PMC Santa Lúcia esteve muito engajada na consolidação de um coletivo de mulheres decididas a pautar o tema da violência de gênero na comunidade. Nesse curto período de tempo, o coletivo se reuniu por diversas vezes e produziu uma vinheta de sensibilização sobre o tema da violência contra a mulher e de divulgação da rede de proteção. Essa vinheta foi veiculada na rádio comunitária. Tais ações geraram uma concentração de atendimentos ao grupo circunscrito de participantes do coletivo. A equipe tem se empenhado na diversificação de suas frentes de atuação e da composição dos grupos de referências, atualizando o *status* de funcionamento do programa junto à rede mista e construindo parcerias de divulgação com pessoas atendidas. A equipe também tem apresentado dificuldade em quantificar suas ações, seja no reconhecimento de determinadas intervenções como atendimento, seja em sua transcrição nos instrumentais adequados. A supervisão metodológica e tem se esforçado para reverter essa dificuldade técnica. A expectativa é de que o número de pessoas atendidas aumente nos próximos meses.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
4.746	**6.497**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.
Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.
Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:
1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária;
2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social;
3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.

Até o mês de setembro de 2020 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas acumuladamente 6.497 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 4.746 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	4º,5º e 6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	90	24	27	35	176
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	107	38	41	39	225
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	116	25	28	31	200
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	99	26	25	17	167
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA (Atividades suspensas em 06/2020)	72	-	-	-	72
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	86	54	29	29	198
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	74	62	17	22	175
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO (Atividades suspensas em 06/2020)	116	-	-	-	116
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	115	27	35	45	222
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	15	29	13	24	81
BELO HORIZONTE-SERRA	137	12	20	57	226
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	170	52	29	47	298
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	161	37	37	46	281
BETIM-CITROLÂNDIA	97	41	36	32	206
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS (Atividades suspensas em 06/2020)	182	-	-	-	182
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	131	41	40	46	258
BETIM-PTB	118	19	31	26	194
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	144	25	37	30	236
CONTAGEM-RESSACA	92	12	16	21	141
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	113	18	20	18	169
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	220	44	18	30	312
IPTATINGA-BETHÂNIA (Atividades suspensas em 06/2020)	141	-	-	-	141
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	205	53	68	47	373
MONTES CLAROS-CRISTO REI	123	-	-	-	123
MONTES CLAROS- SANTOS REIS	89	17	18	17	141
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	146	19	25	22	212
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES (Atividades suspensas em 06/2020)	150	-	-	-	150
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	102	26	21	24	173

SANTA LUZIA-PALMITAL	221	55	53	38	367
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	128	18	24	20	190
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ (Atividades suspensas em 06/2020)	141	-	-	-	141
UBERLÂNDIA-MORUMBI	114	19	19	25	177
VESPASIANO-MORRO ALTO	83	41	31	19	174
TOTAL	4098	834	758	807	6497

Entre os meses de julho e setembro as equipes do Programa Mediação de Conflitos realizaram 2.399 ações junto às redes de proteção social, uma média mensal de 31 ações de rede por equipe. Em comparação com o primeiro trimestre do ano, este resultado representa uma ampliação de 19%, uma vez que entre os meses de janeiro e março, a média mensal por equipe foi de 26 ações.

As articulações com as redes de proteção social sempre ocuparam um papel importante para o PMC, seja para o aprofundamento de leituras sobre fatores de risco ou para o fortalecimento de fatores de proteção. Em razão do contexto de pandemia e realização do trabalho remoto, as redes foram mais acionadas, assim como foram na retomada presencial do trabalho. Importante ressaltar que, em muitos territórios, grande parte dos equipamentos permaneceu realizando suas atividades de maneira remota durante o trimestre a que corresponde este P.A. Esse fato exigiu das equipes um volume maiores articulações, considerando as demandas que eram apresentadas ao PMC que tinham relação direta com os serviços ofertados por tais instituições.

PMC's Ressaca, Santos Reis e Carapina foram equipes com os menores volumes de ações de rede, embora os desempenhos sejam próximos ou superiores às metas estabelecidas.

O PMC Carapina sentiu menor abertura para construções com a rede local em razão da pandemia e tem avaliado os fluxos construídos até o momento. A partir de uma articulação entre gestão e supervisões metodológicas dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, foi realizada uma formação com as equipe de Governador Valadares com a temática da Intersetorialidade, como forma de promover espaços de reflexão conjunta que pudessem alinhar um diagnóstico sobre os modos atuais de construir junto às redes e provocar à identificação de novas possibilidades.

O PMC Ressaca, durante parte deste trimestre, contou apenas com uma analista que precisou focar em demandas mais relativas aos atendimentos, o que impactou nas demais articulações, além de muitos casos estarem aguardando retorno do atendimento ao público, principalmente no que se refere a questões jurídicas. Este indicador retoma, em Setembro, números acima da meta estabelecida com vistas a um maior volume de articulações nos meses subsequentes, fato observado após retorno da analista que estava em período de licença maternidade.

Em relação ao PMC Santos Reis, apesar da equipe ter cumprido a meta estabelecida para este P.A, ao contrário da maior parte das equipes, não observamos um aumento expressivo neste indicador. A equipe manteve os números de acordo com a meta, sem oscilações. Podemos considerar que ainda persiste uma necessidade de vinculação com os serviços da rede territorial, que muitas vezes não demonstra abertura para dialogar de forma contínua com o PMC.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
2.107	**39**
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Conforme descrito no RGR relativo ao 6º PA, o cenário da pandemia da Covid-19 trouxe incontáveis impactos à Política de prevenção à criminalidade do Estado de Minas Gerais e o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! é muito provavelmente, o mais impactado pelas medidas de distanciamento social preconizadas pelos organismos de saúde. É necessário dizer, que para atendimento ao público prioritário do programa que são adolescentes e jovens entre 12 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social e maior exposição aos homicídios dolosos, o Programa Fica Vivo! conta em sua metodologia com três categorias de atendimento. Estratégias essas que são formas de aproximação, atendimento e intervenção, a saber: Projetos locais e ou de circulação, atendimentos individuais e oficinas de esporte, lazer e cultura. Mesmo considerando em sua metodologia instrumentos que possibilitem o acesso aos adolescentes e jovens no âmbito coletivo e também individual o Programa tem como principal porta de entrada, as oficinas representam mais de 90% dos atendimentos realizados pelo Programa Fica Vivo!

Diante da pandemia da Covid-19 todas as oficinas do Programa Fica Vivo! ficaram suspensas até 30/08/2020. A partir de 01/09/2020 o programa juntamente com o Instituto Elo fez um desenho para retomada gradual das atividades em contextos específicos. Nesse período também a partir de um planejamento orientado pelo Estado as atividades presenciais nas UPCs foram retomadas que será descrito com mais detalhes na sequência.

A modalidade de teletrabalho foi reconhecida e implantada como estratégia diante do cenário de pandemia. Os esforços para manter-se em conexão territorial para leituras atualizadas sobre as dinâmicas das violências e criminalidades, bem como para assegurar a Proteção à vida dos adolescentes e jovens, foram empreendidos através de reformulações dos atendimentos e contatos com as redes institucionais e comunitárias, utilizando dos espaços virtuais como fontes potenciais de intervenções. Apesar das restrições de presença implicadas no teletrabalho, foram vários os recursos utilizados pelos analistas sociais para sustentar a efetivação do objetivo do Programa, bem como para fortalecer o compromisso social de garantia dos direitos dos adolescentes, jovens e referências territoriais nas áreas de abrangência atendidas pela política de prevenção.

A retomada do trabalho presencial ocorreu de forma gradual, considerando os estudos da SUPEC mediante os dados de respostas de cada município frente ao Coronavírus, ou seja, as flexibilizações das "Ondas" também interferiram nos processos decisórios de retorno ao trabalho presencial no território. Vale lembrar que em algumas situações prioritárias, os analistas puderam comparecer ao território de forma presencial para atendimentos a partir da anuência e construção com os supervisores metodológicos e gestores sociais. Na primeira semana de retomada do trabalho presencial, as equipes mantiveram-se de "portas fechadas", privilegiando trabalhos internos, burocráticos e contatos telefônicos com atores das redes, público atendido e oficineiros para comunicação e contextualização sobre a retomada e marcação de agendas e atendimentos. A seguir destacaremos pontos importantes, enunciados pelos supervisores metodológicos e que foram considerados pelas equipes em todos os territórios quando do retorno ao trabalho presencial:

Atendimento aos oficineiros e oficineiras: foi orientado o contato com oficineiras e oficineiros suspensos com objetivo de comunicação do retorno do trabalho presencial dos analistas e abertura do centro de prevenção. Foram marcadas reuniões individuais com aquelas oficineiras e oficineiros que apresentaram interesse em diálogo presencial, uma vez que apesar da suspensão das oficinas, se apresentam como rede fundamental do trabalho. Ademais, os diálogos presenciais favoreceram o acolhimento e fortalecimento de recursos para o enfrentamento do cenário de pandemia e encaminhamentos de casos de adolescentes e jovens em situações de risco social.

Atendimentos individuais virtuais: Apesar dos desafios dos atendimentos virtuais, o Programa Fica Vivo! conseguiu por essa via intervir em casos de situações de ameaça e providenciado auxílios para que os adolescentes e jovens acessem outros serviços da rede de proteção social e de acesso à direitos. Nesse sentido, mesmo em trabalho presencial os recursos virtuais continuaram a ser utilizados como mais um modo intervenção.

Atendimento individual presencial: Os atendimentos individuais presenciais voltaram a ocorrer considerando os critérios sanitários, e a biossegurança dos profissionais e jovens atendidos, privilegiando a marcação de horário para atendimentos, com exceção dos casos de urgência que chegaram para o Programa Fica Vivo!.

Atendimentos grupais virtuais e presenciais: No teletrabalho foram criados grupos no whatsapp com jovens multiplicadores para

discussões temáticas afetas aos objetivos do programa Fica Vivo!, bem como para comunicação e compartilhamentos de informes sobre os cuidados com a saúde coletiva em tempos de pandemia. Com a retomada do trabalho Presencial, os grupos permaneceram como forma de intervenção e espaços potentes de construções de ações presenciais. Em alguns territórios (especialmente naqueles com maior período de trabalho presencial) já estão sendo planejados grupos de discussão e projetos com jovens para discussão de temáticas afetas ao objetivo do Programa, mas considerando número restrito de participantes e espaços que consigam garantir a proteção à saúde de todos. Dessa forma, a tendência é que a partir das flexibilizações, os grupos virtuais se transformem em grupos presenciais que poderão contribuir ainda mais para fortalecimentos de vínculos.

Reuniões de Rede: Desde o início do teletrabalho os diálogos com atores da rede de proteção social (institucional e comunitária) foram constantes, tanto para discussão de casos e dos cenários das dinâmicas das violências e criminalidades, quanto para encaminhamentos. Os serviços das redes formais (Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Educação, entre outros) também estão retomando ao trabalho presencial de forma gradual, havendo assim, a manutenção de agendas em espaços virtuais. Houveram meses em que, por exemplo, apenas os serviços de saúde e da política de prevenção estiveram em trabalho presencial, fortalecendo a necessidade de espaços de discussão virtuais. Além disso, as agendas presenciais de discussão de casos, estão sendo construídas de forma cuidadosa e estratégica para evitar riscos à saúde dos participantes.

Circulação Territorial: As circulações territoriais foram retomadas, mas de forma restrita para evitar exposição dos analistas e jovens. Nos casos e territórios prioritários as circulações foram construídas com supervisores e gestores. A partir dos diálogos com analistas e gestores, foi possível perceber que especialmente as juventudes, não estão mantendo cuidados com a saúde, uso de máscara, distanciamento social, higienização... o que mantém a preocupação com as circulações territoriais e denota, por vezes, problemas sociais e de sáude anteriores à pandemia. Neste sentido, o diálogo com a rede de saúde local e referências comunitárias anteriores às ações de circulação tem sido fundamentais.

Discussão de casos entre equipes da Política de Prevenção (FV!, PMC, CEAPA, PRESP): as equipes continuam participando de espaços virtuais e presenciais de discussão de casos entre programas para encaminhamentos e construção de estratégias de intervenções diante dos cenários de violências e aumento dos números de homicídios nas áreas de abrangência.

Discussão de casos entre equipes, gestão social, supervisão metodológica, supervisão da gestão e Diretoria de proteção da juventude: mesmo com a retomada do trabalho presencial, as equipes que atuam em territórios com aumento nos números de homicídios têm participado de espaços virtuais de discussão com atores estratégicos da Política de Prevenção para formulação de intervenções a nível micro e macro (institucional) que auxiliam na efetivação do objetivo do Programa Fica Vivo!

Supervisões metodológicas: as supervisões metodológicas estão sendo realizadas por videoconferências, contatos telefônicos constantes com as equipes e de forma gradual sendo retomadas presencialmente, segundo os cuidados e critérios de saúde.

Supervisões metodológicas de Formação: continuam sendo realizadas de forma virtual, mediante o número de equipes participantes e tem como objetivo espaço de formação através da associação "discussão temática e discussão sobre a prática" do trabalho com a juventude, no contexto da segurança pública cidadã

Participação em Seminários, Lives, Fóruns...: esses espaços virtuais de formação são formas alternativas de qualificação da prática através da ampliação do conhecimento e incentivo a produções e continuam sendo realizados a partir da orientação e construção com supervisão metodológica e gestores sociais.

Retomada do trabalho Presencial: análise quantitativa

Seguem dados quantitativos referentes às equipes que ainda permaneceram em teletrabalho no período compreendido entre julho e setembro. Cabe ressaltar que a retomada se deu de forma sucessiva, considerando em qual onda do Programa Minas Consciente os municípios se encontravam, além do acompanhamento dos números de contaminados pela Covid-19 nesses municípios.

Tabela 4 – Ações desenvolvidas pelas equipes entre julho e setembro – Programa Fica Vivo

Ações	Quantitativo	
	Julho	Agosto
Número de ligações/acionamentos por WhatsApp/chamadas de videoconferência com oficineiros e oficineiras feitas no dia	646	158
Número de ligações/acionamentos por WhatsApp/chamadas de videoconferência com o público atendido feitas no dia	704	336
Número total de atendimentos feitos no dia	207	106

Número de articulações/encaminhamentos com/para a Rede de Proteção Social feitas no dia	417	192
Número de articulações com a Supervisão Metodológica/Diretorias/Gestão Social feitas no dia	813	208
Número de reuniões de equipe do Programa feitas no dia	562	171
Ações totais no mês de setembro	290	

Na tabela acima constam as ações realizadas pelas equipes nos meses de julho em agosto, e o total de ações no mês de setembro.

No mês de julho, inicia-se o movimento de retomada do trabalho presencial em alguns municípios (Vespasiano, Montes Claros, Juiz de Fora e Santa Luzia). Os dados referentes a julho, portanto, totalizam atendimentos que não contam estes municípios. Consideramos relevante apontar que os dados referentes a julho são superiores aos dados/ações do mês de junho, em que todas as equipes estavam ainda em regime de teletrabalho.

Os dados podem apontar para uma eventual adaptação das equipes ao formato de trabalho, além da constante busca de estratégias para aproximação e atendimento da juventude nesse contexto. O público atendido continuou a ser acionado com as mais diversas estratégias: encaminhamentos provenientes da rede parceira, acionamentos de jovens já atendidos/as para acompanhamento dos casos, etc. Outro dado relevante é que o número de articulações feitas com a Supervisão Metodológica/Diretorias/Gestão Social quase dobrou em julho, quando comparado ao mês de junho. A partir desse dado, é possível também considerar o empenho dos atores estratégicos da política de prevenção com a finalidade de suporte, orientação e acompanhamento das estratégias empreendidas pelas equipes no desenvolvimento das atividades executadas em teletrabalho. O acompanhamento próximo da supervisão metodológica tem sido uma constante no processo de reflexão sobre o trabalho e elaboração de intervenções das equipes técnicas.

Já no mês de agosto, é possível verificar um número menor de ações executadas no âmbito do teletrabalho em virtude da maioria das equipes técnicas terem retomado o trabalho presencial. Neste mês, ainda estavam neste formato de trabalho as equipes de Ribeirão das Neves, Contagem e Uberlândia.

Os dados de setembro são exibidos apenas em seu total em virtude do fato de que apenas duas UPCs estavam em teletrabalho no período: Morumbi e Carapina. No município de Uberlândia a equipe esteve em teletrabalho em razão dos dados referentes ao Minas Consciente. Já em Governador Valadares, a equipe do Carapina esteve em um período de teletrabalho devido a um dos analistas da UPC ter testado positivo para Covid 19. Dessa maneira, o restante da equipe recebeu atestado de afastamento do trabalho presencial, ficando, portanto, em teletrabalho.

Retomada das oficinas em 1º de Setembro:

O Programa Fica Vivo! aderiu às medidas preconizadas pelos órgãos de saúde desde o início da pandemia, dentre as medidas adotadas, o isolamento social foi a que mais impacto causou no fazer do Programa Fica Vivo! Durante os 18 anos de atuação este foi um dos mais desafiadores momentos, pois sempre foi impensável a execução do trabalho sem a presença das oficineiras e oficineiros do Programa. A suspensão das atividades destes profissionais causou impactos metodológicos e técnicos, além de provocarem o completo esfacelamento dos indicadores pactuados em contrato de gestão para a execução do Programa.

A supervisão metodológica junto ao departamento de gestão de oficinas, diretoria do programa e Supec têm concentrado seus esforços na busca de alternativas para a retomada das oficinas, que não ocorriam desde o mês de Março de 2020, como alternativas para evitar aglomeração, assim como preconizado pela OMS e demais órgãos responsáveis pelo enfrentamento a COVID-19.

Desta feita, foi criado o documento Plano de Retomada das Oficinas, que traz em seu texto as premissas, formatos e condições para a retomada gradual das oficinas do Programa Fica Vivo!. No citado documento, estão descritas as atribuições e responsabilidades de cada um(a) envolvidos no processo e além, delimita o constante diálogo com os gestores municipais para a avaliação do avanço da pandemia do COVID-19 nos municípios e territórios onde o Programa atua. O plano de retomada das oficinas também estabelece o monitoramento da pandemia baseado no programa Minas Consciente, instrumento utilizado pelo governo do Estado de Minas Gerais, que institui a divisão do Estado em ondas de risco de contágio do COVID-19, autorizando a abertura de novas atividades quando há redução de risco ou a necessidade de recrudescimento das atividades comerciais, escolares e industriais, quando do aumento do risco de contágio.

Deste modo, e com extrema cautela e amparados pelos indicadores de contágio e pelas recomendações médicas e cientificas optou-se pela elaboração do plano piloto para a retomada das oficinas presenciais. Foram realizadas diversas reuniões contando com a presença da Supec, Diretoria do Programa Fica Vivo! Instituto Elo, Supervisão Metodológica, Gestão Social e Analistas

Sociais. Para a retomada foram selecionados os seguintes territórios; Montes Claros (Santos Reis), Juiz de Fora (Olavo Costa), Governador Valadares (Carapina e Turmalina), Vespasiano (Morro Alto), Santa Luzia (Via Colégio e Palmital). A seleção dos territórios se deu de acordo com os protocolos estabelecidos pelo Minas Consciente e também pelas reduções das taxas de contágio pela COVID-19 em cada um dos municípios e territórios. Além dos boletins epidemiológicos foram levados em contas os decretos municipais, que estabeleciam as condicionalidades para a ocupação dos espaços privados e públicos.

Após atingir as medidas que tornaram possíveis a retomada segura das oficinas, decidiu-se que no dia 01 de setembro de 2020, cada unidade de prevenção elencada acima, iniciaria em caráter experimental com 03 oficinas cada, respeitando os decretos municipais e prezando pela biossegurança dos oficineiros, adolescentes e jovens. Ficou estabelecido ainda a delimitação do número de jovens presentes e a obrigatoriedade do uso de máscaras e higienização constante dos espaços.

Retomada das oficinas em cada território:

Governador Valadares (Carapina e Turmalina)

As equipes de Governador Valadares participaram da reunião para apresentação e discussão do plano de retomada das oficinas. Entretanto, devido a questões de logística, não puderam retomar as implantações em setembro. Esse fato decorreu da dificuldade de transporte disponível dos kits (composto de álcool gel, sabonete líquido e 12 máscaras para cada oficina) para o município. Cada oficina receberia um kit, sendo esta uma precondição para o início das atividades no território. Os demais passos do plano de retomada foram seguidos de acordo com o cronograma, como a comunicação com os/as oficineiros/as, a elaboração do plano local de retomada, e o envio da documentação dos/das oficineiros/as para o Instituto Elo. Assim que o material estiver disponível nas unidades, as atividades serão iniciadas, o que está previsto para ocorrer no mês de outubro.

Santa Luzia (Palmital e Via Colégio)

As atividades das oficinas das unidades Palmital e Via Colégio tiverem início no mês de setembro. As equipes dialogaram constantemente com a supervisão, tanto para a construção do plano local de retomada, para sanarem eventuais dúvidas, e também para relatar os desafios neste retorno, além das estratégias para lidar com estes desafios.

No Palmital retornaram duas oficinas de funk: uma realizada na UPC, no Palmital B, outra realizada no PETI, no Palmital A. Além disso também houve o retorno da oficina de grafite, também no PETI.

No Via Colégio, retomaram as atividades as oficinas de breaking, capoeira e dança e ritmos. A oficina de breaking ocorria numa praça, e passa a funcionar no espaço da unidade de prevenção. Já a oficina de dança e ritmos, que ocorria em uma escola municipal, passará a acontecer em uma organização social.

No acompanhamento feito nas oficinas, as equipes relatam que os/as jovens tem recebido as orientações de biossegurança sem grandes resistências. Assim, nas oficinas, há o respeito ao distanciamento social, a utilização das máscaras, etc. O desafio apresentado é discutir com a juventude as medidas de biossegurança como algo importante de ser observado em vários aspectos de suas vidas, e não apenas como uma exigência para a participação nas oficinas do programa.

A despeito das estratégias empreendidas pelas equipes, cabe ressaltar um dos principais desafios nesse retorno, que é uma relativa escassez de equipamentos públicos que estejam em funcionamento e/ou estejam disponíveis para abrigar as atividades das oficinas. As escolas, por exemplo, grandes parceiras do programa, atualmente encontram-se fechadas. Ainda assim, tem sido possíveis alguns arranjos, como transferir a oficina para outra localidade, como a unidade de prevenção, caso ela tenha espaço para tal.

Santos Reis e Olavo Costa:

O reinicio das oficinas nos territórios tem conseguindo responder a contento as propostas contidas no plano de retomadas das oficinas do Programa Fica Vivo!. Foi possível construir junto aos oficineiros e oficineiras, e também com os adolescentes e jovens as medidas imprescindíveis para á prevenção ao Covid19.

Nos territórios do Olavo Costa em Juiz de Fora e no Santos Reis em Montes Claros, foram feitas algumas alterações metodológicas que exigiram maior presença dos analistas sociais nos espaços de oficinas e que proporcionou maior interação entre analistas e jovens, sobretudo nas pautas da prevenção a pandemia e também às dificuldade de acesso dessa parcela da população aos equipamentos de saúde pública.
Ao acompanhar as 06 oficinas retomadas, sendo 03 no Santos Reis e outras 03 no Olavo Costa foi perceptível a baixa adesão de jovens nas primeiras semanas da retomada. Foi preciso levar em consideração os seis meses de suspensão das oficinas, que

terminaram por favorecer o desenlace dos adolescentes e jovens com a prática dos ofícios, que não necessariamente se reproduz como afrouxamento do laço com as pautas do programa.

Contudo, com a *circulação* das notícias da retomada das oficinas os adolescentes e jovens foram retornando paulatinamente para os espaços de encontro e de prática de ofício. Deste modo, respeitando os protocolos de saúde e do já citado plano de retomada das oficinas, foi pensando junto a gestão social e com acompanhamento sistemático da supervisão metodológica a elaboração da segunda onda de oficinas a serem implantadas nos territórios.

Morro Alto:

O acompanhamento para efetivar a retomada das oficinas no Morro Alto se deu de maneira sistemática e bem articulada entre supervisão metodológica, gestão social e analistas sociais, com realização de videoconferências e contatos frequentes nos quinze dias que antecederam a execução das oficinas em si. O cuidado intenso no processo de planejamento da retomada no Morro Alto, foi pautado na realidade em que o Programa Fica Vivo! se encontra naquele território, a saber: uma analista em trabalho presencial e uma analista em teletrabalho (por ser do grupo de risco).

Diante disso, o retorno das oficinas precisou considerar o contexto de que apenas uma analista faria o acompanhamento in loco das oficinas nas duas primeiras semanas, como diretriz estabelecida no Plano. Assim, optou-se por iniciar com duas oficinas sendo retomadas. Sobre a escolha das oficinas, decidiu-se privilegiar projetos de oficinas de cultura, sendo que foi feita uma videoconferência entre analistas e oficineiros de cultura e/ou oficineiros com possibilidade de alterar seus Projetos mediante a necessidade de cumprir as diretrizes do Plano (distanciamento social, higienização, número de jovens participantes).

No Morro Alto, não houve dificuldades em encontrar locais para o retorno das oficinas, uma vez que o próprio município tem decreto que flexibiliza acessos aos espaços dos serviços públicos. Neste sentido, as oficinas de Grafite e de Elétrica (projetos construídos com os jovens multiplicadores e oficineiros) estão acontecendo em espaço da rede de assistência social no território.

Nesse contexto abaixo descrevemos os resultados apenas nas UPCs que tiveram atividades de oficinas retomadas.

Abaixo descreve-se os resultados alcançados no 7º PA de execução das atividades do programa, por unidade de prevenção:

Tabela 5 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	MÉDIA 6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA 7° PA
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	0,00	0	0	27	9,00
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	0,00	0	0	22	7,33
SANTA LUZIA-PALMITAL	0,00	0	0	27	9,00
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	0,00	0	0	25	8,33
VESPASIANO-MORRO ALTO	0,00	0	0	16	5,33
TOTAL	0,00	0	0	117	39,00

Diante do contexto apresentado e das circunstâncias sob as quais a execução do Programa está sendo realizada, solicita-se uma avaliação mais direta da Comissão de Avaliação acerca da pertinência de consideração dos indicadores do Programa Fica Vivo neste avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
5.267	**52**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 é válida para o indicador 2.2. Como praticamente não houve execução de oficinas do Programa Fica Vivo no período, solicita-se a exclusão do computo desse indicador na avaliação do contrato de gestão do período.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram atendidos em média 52 jovens nas 14 oficinas retomadas em setembro de 2020. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 6 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	MÉDIA 6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA 7° PA
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	0,0	0	0	30	10,0
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	0,0	0	0	26	8,7
SANTA LUZIA-PALMITAL	0,0	0	0	45	15,0
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	0,0	0	0	33	11,0
VESPASIANO-MORRO ALTO	0,0	0	0	22	7,3
TOTAL	0,0	0	0	156	52,0

Diante do contexto apresentado e das circunstâncias sob as quais a execução do Programa está sendo realizada, solicita-se uma avaliação mais direta da Comissão de Avaliação acerca da pertinência de consideração dos indicadores do Programa Fica Vivo neste avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
63.141	**32.216**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 é válida para este indicador que no trimestre teve desempenho afetado de maneira direta pela suspensão das oficinas. Assim, os resultados desse indicador correspondem, em bora medida, aos atendimentos realizados nos meses de janeiro a março de 2020. A despeito disso, com a retomada do trabalho presencial das equipes, foram realizados também atendimentos nas modalidades de atendimento individual descritos abaixo, bem como nas oficinas nas localidades em que houve retomada.

Tabela 7 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	4°, 5° e 6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	1.338	0	0	1	1339
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	919	1	3	7	930
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	959	1	5	6	971
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	901	10	8	0	919
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	874	-	-	-	874
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	794	0	6	9	809
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	804	1	2	1	808
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	963	-	-	-	963
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	947	0	2	7	956
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	701	4	5	4	714
BELO HORIZONTE-SERRA	879	0	0	0	879
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	1045	0	0	1	1046
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	1111	10	14	89	1224
BETIM-CITROLÂNDIA	1085	1	1	0	1087
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	1072	-	-	-	1072
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	1335	1	2	8	1346
BETIM-PTB	906	1	0	0	907
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	1540	1	4	2	1547
CONTAGEM-RESSACA	526	6	12	4	548
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	861	16	9	25	911
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	949	12	6	6	973
IPTATINGA-BETHÂNIA	880	-	-	-	880
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	521	1	0	30	552
MONTES CLAROS-CRISTO REI	686	-	-	-	686
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	1288	6	3	43	1340
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	933	2	3	4	942
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	809	-	-	-	809
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	915	2	3	3	923
SANTA LUZIA-PALMITAL	1512	3	0	51	1566
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	1218	0	1	34	1253
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	612	-	-	-	612
UBERLÂNDIA-MORUMBI	660	10	14	18	702
VESPASIANO-MORRO ALTO	1103	2	1	22	1128
TOTAL	31.646	91	104	375	32.216

Diante do contexto apresentado e das circunstâncias sob as quais a execução do Programa está sendo realizada, solicita-se uma avaliação mais direta da Comissão de Avaliação acerca da pertinência de consideração dos indicadores do Programa Fica Vivo neste avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
297	**153**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. As ações vinculadas a este Eixo, para fins desse indicador, são: a) as reuniões periódicas entre GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco) da Polícia Militar de Minas Gerais, equipes técnicas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e gestores sociais responsáveis pela coordenação das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local; b) funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica.
Este indicador visa mensurar:
1) Quantidade de reuniões periódicas entre GEPAR, equipes técnicas e gestores sociais através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que devem ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês em cada um dos 33 (trinta e três) territórios de atuação e que possuem como principais pautas: estudo da dinâmica da violência e da criminalidade; definição, monitoramento e avaliação de ações conjuntas pactuadas para promoção da qualidade de vida e da segurança local;
2) Quantidade de participação dos gestores das Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local, representando a proteção social, nas reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE, que ocorrem com agendas distintas e pré-definidas para cada município de atuação do Programa, totalizando uma média de 6 encontros por mês, tendo como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Para isto, é imprescindível que se crie uma rede de informações, sendo fundamental a realização de reuniões envolvendo os representantes do GIE.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram realizadas acumuladamente 153 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 297, foi realizado 51,51% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 8 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

UPC	4°, 5º E 6° PA	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		TOTAL
		GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	
BELO HORIZONTE-CABANA	0	1	0	1	0	1	1	4
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	3	0	0	1	0	0	1	5
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	2	1	0	0	1	0	0	4
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	4	0	0	1	0	1	1	7
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	3	0	0	0	0	0	0	3
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	0	1	0	2	1	1	1	6
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	1	0	0	0	0	1	1	3
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	1	0	0	0	0	0	0	1
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	3	1	1	1	1	0	0	7
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	1	0	1	0	1	0	0	3
BELO HORIZONTE-SERRA	1	1	0	1	1	1	0	5
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	1	0	1	0	1	1	0	4
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	4	1	0	1	0	0	1	7
BETIM-CITROLÂNDIA	1	1	0	0	0	1	0	3
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	4	0	0	0	0	0	0	4
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	5	1	0	1	0	1	0	8
BETIM-PTB	2	1	0	0	0	1	0	4
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	1	1	0	0	1	2	0	5
CONTAGEM-RESSACA	1	1	0	0	1	1	0	4
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	3	1	0	1	0	1	0	6
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	2	0	0	1	0	0	0	3
IPTATINGA-BETHÂNIA	4	0	0	0	0	0	0	4
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	4	1	0	0	0	2	1	8

MONTES CLAROS-CRISTO REI	2	0	0	0	0	0	0	2
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	3	1	0	1	0	0	1	6
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	2	1	0	1	1	0	0	5
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	2	0	0	0	0	0	0	2
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	2	1	0	1	1	0	0	5
SANTA LUZIA-PALMITAL	2	1	0	1	1	1	0	6
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	3	1	0	2	1	1	0	8
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	1	0	0	0	0	0	0	1
UBERLÂNDIA-MORUMBI	1	0	0	0	0	1	1	3
VESPASIANO-MORRO ALTO	3	1	1	1	0	1	0	7
TOTAL	72	19	4	18	12	19	9	153

A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade , GEPAR e GIE as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local.

Do total de 78 reuniões necessárias entre as 26 Unidades de Prevenção e o GEPAR foram realizados 59 (75%) encontros no período de julho a setembro de 2020. Tivemos uma alteração significativa no cenário apresentado no período avaliatório anterior onde o número de justificativas era maior que o de reuniões realizadas. Acreditamos que uma das intervenções que contribuiu para essa mudança positiva foi o diálogo estabelecido em espaço de reunião entre os atores estratégicos no dia 23/07/2020 com a discussão sobre os desafios na interlocução/parceria com o GEPAR. As sinalizações sobre a importância dessa parceria e o sentido da realização dessas interlocuções foram de suma importância para o processo de maior cuidado e priorização dessas atividades pelos Gestores Sociais, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões com o objetivo de favorecer uma atuação conjunta entre a repressão qualificada e a proteção social.

Ao analisarmos os fatores/desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR no período avaliatório, nos deparamos com mais ou menos 56% respondendo pela indisponibilidade de agendas dos atores envolvidos nessa interlocução, 22% período de férias da Gestão Social/licença médica e 22% período de férias comandante GEPAR/licença médica.

Tivemos uma considerável diminuição no ponto sensível e de difícil compreensão sobre o elevado número de justificativas apresentadas no período anterior como “indisponibilidade de agenda dos atores”. Diante de uma análise qualitativa podemos sinalizar que essas justificativas estão relacionadas às dificuldades do parceiro GEPAR na manutenção das agendas já pactuadas, frente às prioridades definidas pela Polícia Militar na rotina do trabalho (ex. atendimento de ocorrência, operação policial, convocação para reunião interna). As demais justificativas apresentadas para não realização das reuniões são pontos menores e totalmente admissíveis como férias/licença médica da gestão social ou comandante do GEPAR.

Mantemos o reforço sobre a necessidade de qualificação das discussões realizadas nesses espaços enquanto parte fundamental para desenvolvimento do trabalho da Política de Prevenção e construção de estratégias de intervenção nos fenômenos de violência e criminalidade. Essa mesma leitura é válida para os Grupos de Intervenção Estratégica que no período teve uma ligeira ampliação do seu quantitativo de reuniões, mas ainda não retomou todas as reuniões.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
220	**113**
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: **o** Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes que concluíram, ou estão em processo de desligamento das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo o programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:
1) Modalidades no pré-desligamento:
a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.

b) Oficinas Introdutórias: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga.

c) Oficinas Temáticas Internas: oficinas com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pós-desligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga.

d) Oficinas Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade.

e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.

f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo.

2. Pós-desligamento
a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos.
b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo.

Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram realizados acumuladamente 113 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 220, atingiu-se 51,36% do estabelecido. Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Tipos de atendimentos	Nº
Atividade de Apresentação	13

Atendimento Individual	100
Oficinas Temáticas INTERNAS à Unidade	0
Oficinas Temáticas EXTERNAS à Unidade	0
Atividade Cultural	0
Atividade com Familiares	0
Total	113

O Programa Se Liga tal como os outros programas da Política de Prevenção tem suas intervenções fundamentadas no contato presencial com seu público, a saber, adolescentes e jovens egressos do Sistema Socioeducativo, como a adoção de medidas de distanciamento estabelecida pelos protocolos públicos essas ações praticamente foram inviabilizadas até o mês de agosto de 2020. Com a retomada das atividades presenciais houve uma ampliação dos atendimentos ofertados sendo que em agosto de 2020 já foram realizados 42 atendimentos e em setembro 37. Há hoje no programa também, a partir das articulações com as Unidades Socioeducativas e a partir da sua divulgação, 12 egressos incluídos e sendo acompanhados diretamente.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Percentual de adesão do Egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
60%	**13,3%**
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: O Programa Se Liga acompanha os adolescentes que concluíram a medida de semiliberdade ou internação, constituindo-se como oferta de um dispositivo na cidade no qual o adolescente se vincula por adesão voluntária. É um espaço que tem por premissa acolher o adolescente e seus impasses com a liberdade, trabalhando a relação deste com suas escolhas e sua rede de proteção. Neste sentido, opera-se de modo a corroborar com a construção de alternativas ao ato infracional, podendo envolver a continuidade das ações iniciadas e/ou apontadas pela Unidade de semiliberdade e internação, assim como novas escolhas do adolescente que surgem diante do desligamento da medida. Para tanto, os analistas precisam construir uma vinculação do adolescente ao Programa, justamente porque as intervenções dependem de um conjunto de atendimentos continuados.
Desta forma, este indicador visa avaliar a adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga. Para fins deste indicador, o percentual de adesão será calculado pelo número de adolescentes que foram atendidos em qualquer das modalidades do pré-desligamento sobre o número de adolescentes incluídos em qualquer das modalidades do pós-desligamento.

A mensuração do indicador de adesão necessita de um volume regular de atendimentos no programa já que é contabilizado a partir dos retornos. Como ainda se tem um volume pequeno de adolescentes incluídos a contabilização do indicador fica comprometida.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga

Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
112	**490**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: **a**s articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada à estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos.
O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados.
Para fins deste indicador, deverão ser considerados:
1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes.
2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade.
Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram realizados acumuladamente 490 ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 112, atingiu-se 437,5% do estabelecido. Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 10 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas

Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	388
Estudo de caso	102
Total	490

Conforme discutido no indicador 3.1, devido aos protocolos de distanciamento definidos por órgãos públicos e de controle, as atividades diretas de atendimento do público do programa foram limitadas até o mês de agosto. Isso fez com que a equipe do programa concentrasse seus esforços nas ações permitidas para o momento, o que culminou com uma realização substantiva de ações de articulação com as Unidades Socioeducativas. Vale lembrar que é importante para o programa manter uma relação direta com as unidades já que a partir disso será possível um acesso mais direto ao público. Além disso, foi durante o 6º PA que o programa iniciou suas atividades, sendo estratégico dessa forma que os esforços de articulação fossem concentrados nesse período inicial. Assim, também no 7º foram realizadas um conjunto significativo de ações estratégicas juntos às Unidades Socioeducativas, em julho, foram realizadas 99 ações, em agosto outras 127 e em setembro 118. Vale destacar que uma parte substantiva dessas ações já referem a discussões de casos que possivelmente podem ser acompanhados pelo programa com o desligamento dos adolescentes das Unidades Socioeducativas.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
33.199	**24.710**
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.
Para fins deste indicador serão contabilizados:
1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais;
2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores;
3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de
Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;
4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença.
5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.

Assim como no relatório anterior, antes de traçar as análises de metas atinentes ao 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, faz-se necessário tratar, ainda que de forma mais generalizada, o cenário vivenciado no trimestre em análise. Isto porque as estratégias construídas para compatibilizar o respeito às medidas preventivas para conter disseminação do Coronavírus à pauta das Alternativas Penais foram implementadas e surtiram efeito no decorrer deste período, e impactaram diretamente o desempenho dos indicadores.
Levando em consideração que a situação de emergência em saúde pública decorrente de pandemia causada pelo Coronavírus[1] ainda está em vigor, novos preceitos que regulamentam o funcionamento e organização dos serviços públicos foram editados e surtiram efeitos diversos nos municípios em que a CEAPA atua. Dentre eles, destaca-se a Portaria Conjunta nº1047/2020 da Presidência do TJMG que estabeleceu a retomada das atividades presenciais nas comarcas e deu providências sobre o funcionamento e organização do Poder Judiciário.
A partir daí, nos municípios em que a CEAPA atua, os efeitos provocados pela Portaria foram variados, visto que o funcionamento dos serviços é baseado nos parâmetros do Plano Minas Consciente – que leva em consideração informações de diversas instituições e entidades para sugerir a retomada do comércio, serviços e outros setores. Desta maneira, enquanto em alguns municípios houve maior flexibilização, outros passaram a ter, em determinados momentos, regras mais rígidas, que impactaram tanto no funcionamento da rede parceira quanto da própria Unidade de Prevenção à Criminalidade.
Ainda neste sentido, no decorrer do trimestre foi possível a retomada, de forma gradual, dos trabalhos presenciais nas 14 Unidades de Prevenção à Criminalidade que contam com o Programa CEAPA. Cumpre observar, no entanto, que tal reinício não representa o funcionamento pleno e nos mesmos moldes metodológicos adotados costumeiramente. Parte da equipe – que faz parte do grupo de maior risco ao Coronavírus – ainda permanece em teletrabalho, os atendimentos ainda são priorizados em formato não presencial (contato telefônico ou videoconferências) e, gradativamente, o cumprimento das alternativas penais vem sendo reconstruído.
Neste viés, é fundamental registrar os efeitos relativos à Orientação Técnica emitida pelo Conselho Nacional de Justiça em 27 de abril de 2020. Além de orientar juízes sobre medidas que visam conter a proliferação do COVID-19, o documento sugere a dispensa do cumprimento de determinadas Alternativas Penais e a computação do período como adimplemento das mesmas. Assim, as intervenções realizadas tanto com o público quanto com a rede de Alternativas Penais foram impactadas e influenciadas pelo posicionamento do Poder Judiciário diante da Orientação. Enquanto alguns magistrados se manifestaram de forma irrestrita e reconhecendo o fato impeditivo decorrente de força maior, outros se abstiveram, não reconheceram, ou mesmo colocaram condições para a contabilização.
Portanto, coube à Supervisão Metodológica acompanhar as instabilidades que se apresentaram para que a partir delas fossem realizadas constantes leituras, construções e adaptações nos moldes de trabalho das equipes, e para que estratégias de intervenção com o público e rede parceira fossem efetivas e condizentes com o cenário. Além disso, realizou diversos alinhamentos a partir da realidade de cada equipe; e participou de grande volume de reuniões e espaços estratégicos – inclusive com o Poder Judiciário, para apoio nas articulações relativas às temáticas supracitadas.
Em virtude destas considerações, pode-se afirmar que, a partir das decisões do Poder Judiciário, a Central de Acompanhamento de Alternativas Penais inicia, de forma ainda incipiente, o regresso ao eixo de monitoramento do cumprimento de alternativas

[1] Estabelecida pelo Decreto com Numeração Especial 113 de 12/03/2020.

penais, mas ainda encontra entraves em sua execução metodológica – que impactam diretamente nos indicadores.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram realizados acumuladamente 24.710 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 33.199, atingiu-se 74,42% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 11 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	4º, 5º E 6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI (atividades suspensas em 06/2020)	675	-	-	-	675
BELO HORIZONTE	4042	334	503	353	5232
BETIM	1261	131	285	267	1944
CONTAGEM	1390	86	74	125	1675
DIVINOPOLIS	566	152	158	153	1029
GOVERNADOR VALADARES	759	18	61	161	999
IBIRITE	757	42	73	60	932
IPATINGA	1819	107	241	172	2339
JUIZ DE FORA	1635	170	272	253	2330
MONTES CLAROS	766	97	80	146	1089
R. DAS NEVES	951	93	96	95	1235
SANTA LUZIA	726	46	163	117	1052
SETE LAGOAS	612	154	154	151	1071
UBERABA	907	111	72	140	1230
UBERLÂNDIA	870	77	105	202	1254
VESPASIANO (atividades suspensas em 06/2020)	624	-	-	-	624
TOTAL	18.360	1.618	2.337	2.395	24.710

Para analisarmos o indicador referente ao número acumulado de atendimentos do Programa, importa contextualizar os motivos que culminaram no não alcance da meta, considerando que foram realizados 6.350 atendimentos, ou seja, 53% da meta de 11.985 atendimentos.

No trimestre de referência, esse quantitativo foi impactado pela suspensão das atividades do Tribunal de Justiça de Minas Gerais diante do contexto pandêmico. Ressalta-se que, de acordo com a Portaria Conjunta da Presidência nº1047/2020, as atividades jurisdicionais presenciais só foram retomadas a partir de 14/09/2020. Durante todo esse tempo, tal cenário de suspensão foi interpretado pelos juízos de cada município, que decidiram sobre a suspensão ou manutenção do cumprimento de alternativas penais. Por consequência, houve significativo impacto nos atendimentos, que são motivados, por essência, pelo cumprimento da alternativa penal. É possível corroborar tal análise se compararmos o quantitativo de atendimentos realizados no primeiro trimestre, ou seja, momento anterior ao contexto de saúde pública.

Noutro giro, ressalta-se que das cinco modalidades de atendimento presentes no indicador, três são grupais, e, também em vista dos cuidados exigidos pela pandemia, foram suspensas. Salienta-se que, no esforço técnico metodológico de manutenção das intervenções grupais por avaliarmos a sua qualidade e eficiência, desde setembro as equipes da CEAPA estão investidas na execução de grupos via plataformas digitais – a partir de articulação com o Poder Judiciário. Contudo, esse quantitativo ainda é incipiente.

Destaca-se que, além de direcionado pelo Estado, o teletrabalho das Centrais de Alternativas Penais foi aconselhado pela Orientação Técnica do Conselho Nacional de Justiça citada adiante, que instruiu a adoção de atendimento presencial mínimo ou em caráter de urgência. Cabe frisar, ainda, que as equipes identificaram nesse período muita dificuldade de contato com o público, diante do enfraquecimento do vínculo que era mantido, essencialmente, pelo cumprimento das alternativas penais. Diante desse cenário, desenvolveu-se orientações para o uso do WhatsApp como ferramenta de acesso aos cumpridores, fazendo com que no referido trimestre os atendimentos não presenciais – teleatendimentos de acompanhamento individuais e videochamadas para atendimentos individuais e grupais – tenham sido amplamente realizados.

No mais, registra-se que, a partir de julho de 2020, tendo em vista o contingenciamento financeiro do Estado também decorrente da pandemia de COVID-19, duas Unidades de Base Municipal tiveram suas atividades suspensas, quais sejam, Araguari e Vespasiano. Diante do exposto, evidencia-se que, ainda que a meta não tenha sido atingida, é possível notar um aumento progressivo do número de atendimentos se comparado o período avaliatório em tela com o período anterior – ainda que cientes que no mês de maio não tenha havido contabilização dos indicadores.

Outro ponto importante para análise do progresso quantitativo do presente indicador é a retomada das atividades presenciais nas Unidades de Prevenção à Criminalidade a partir de julho de 2020, momento em que as pessoas em alternativas penais que permaneceram cumprindo a prestação de serviços à comunidade foram acessadas para apresentar suas folhas de ponto no programa. Ressalta-se que os casos de violências foram priorizados enquanto a prestação de serviços à comunidade estava suspensa, pois as Medidas Protetivas de Urgência não foram impactadas pelo critério de suspensão de alternativas penais. Logo,

há volume importante de atendimentos desses casos.

Isto posto, destaca-se que a tendência já perceptível para os meses subsequentes é de aproximação da meta estipulada, considerando a inventividade da equipe no que toca a ampliação de técnicas e recursos para intervenções.

Belo Horizonte, Betim e Santa Luzia: observa-se um pico no indicador no mês de agosto, que foi motivado pela intensificação dos atendimentos individuais de acompanhamento diante da adesão dos juízes à Orientação Técnica do CNJ e consequente atendimento ao público para orientar sobre a possível finalização do cumprimento. Cumpre observar ainda que, nestes municípios, a retomada do cumprimento das Ações de Responsabilização com homens no âmbito da Lei 11.343/06 (seja por meio de Medidas Protetivas ou Cautelares), através de intervenções individuais, também impulsionou o volume de atendimentos.

Contagem: com o retorno da equipe para o trabalho presencial e as diversas articulações com o Poder Judiciário (principalmente Vara de Violência Doméstica), os atendimentos de inscrição influenciaram o quantitativo no mês de setembro. Além dos atendimentos de acompanhamento, que mantiveram estabilidade no mês, as inscrições e os atendimentos grupais de PEAP (presencial e virtual) influenciaram diretamente no indicador.

Governador Valadares: observa-se ascensão no indicador no mês de setembro, que foi motivada pela intensificação dos atendimentos individuais de acompanhamento diante da adesão dos juízes à Orientação Técnica do CNJ e consequente atendimento ao público: seja para orientar sobre o adimplemento pela contabilização ou para tratar o abatimento de tempo de pena e a construção da retomada do cumprimento da PSC. Neste município, chama atenção o volume destes atendimentos que foram realizados na modalidade presencial.

Ipatinga: o retorno da equipe aos trabalhos presenciais no mês de agosto acabou impulsionando os atendimentos, tanto presenciais quanto por meio telefônico. Tendo em vista que, com o retorno, os dados dos atendidos passam a estar mais disponíveis para a equipe, o contato com o público foi facilitado e a abertura da UPC ocasionou grande volume de atendimentos presenciais que influenciaram diretamente nos dados daquele mês.

Juiz de Fora: observa-se um pico dos atendimentos no mês de agosto, que foi motivado pela intensificação dos atendimentos individuais de acompanhamento dos casos que estavam em cumprimento de prestação de serviços à comunidade, bem como motivado pelo retorno de uma Analista Social na segunda quinzena de julho com o fim da licença maternidade.

Montes Claros: observa-se um pico dos atendimentos no mês de setembro, que foi motivado pela retomada do cumprimento do público encaminhado por meio de Medidas Protetivas através de intervenções individuais, somado ao início da execução do PEAP Trânsito.

Uberaba: neste município, as articulações com o Poder Judiciário influenciaram veementemente o indicador no período em análise. Isto porque, a Vara de Execuções Penais que antes proibia o cumprimento, passa a ser favorável à suspensão ou retomada gradual da PSC. Com isso, os atendimentos de acompanhamento ganham força no mês de setembro para possibilitar a retomada do cumprimento, através dos reencaminhamentos. Além disso, não se pode deixar de observar a influência dos atendimentos de inscrição no referido mês. O maior volume do ano foi registrado no mês de setembro como reflexo da organização do Judiciário sobre aplicação de Suspensão Condicional do Processo aos casos relativos à violência doméstica e intrafamiliar que estavam represados na Vara Criminal.

Uberlândia: no mês de setembro, todos os atendimentos realizados foram de acompanhamento do público. Tal fato está diretamente relacionado à ausência de atividades forenses na comarca e ao posicionamento de todo o Judiciário favorável à Orientação Técnica do CNJ. Desta maneira, os contatos foram realizados para informar o público sobre os trâmites processuais e intervenções em fatores de risco já apresentados. É importante observar, ainda, que a equipe esteve em teletrabalho na maior parte do período avaliatório e, com isso, focou seus esforços nesta frente de trabalho que está diretamente associada à produção de ofícios ao Judiciário para possível encerramento do cumprimento.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
72%	**78,9%**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 78,9%. Considerando que a meta estabelecida foi de 72%, a mesma foi superada. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 12 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	N° TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	0	0	-
BELO HORIZONTE	296	372	79,6%
BETIM	61	101	60,4%
CONTAGEM	44	58	75,9%
DIVINOPOLIS	9	11	81,8%
GOVERNADOR VALADARES	18	30	60,0%
IBIRITE	7	8	87,5%
IPATINGA	27	27	100,0%
JUIZ DE FORA	14	35	40,0%
MONTES CLAROS	31	39	79,5%
R. DAS NEVES	63	67	94,0%
SANTA LUZIA	125	133	94,0%
SETE LAGOAS	13	13	100,0%
UBERABA	28	40	70,0%
UBERLÂNDIA	14	17	82,4%
VESPASIANO	0	0	-
TOTAL	750	951	78,9%

Conforme relatório do 6º Período Avaliatório, o presente indicador foi impactado pelo contexto de suspensão do cumprimento de alternativas penais determinado pelos juízos parceiros do programa, bem como pelo não funcionamento dos setores responsáveis pelos protocolos de ofícios físicos dos casos – como os Juizados Especiais Criminais, de onde grande parte dos casos acompanhados pela CEAPA são encaminhados. Ressalta-se que é a partir do protocolo desses ofícios que as baixas por cumprimento são registradas mensalmente nos instrumentais que geram o referido indicador.
Somado a isso, o Conselho Nacional de Justiça publicou Orientação Técnica no dia 27 de abril de 2020, sobre a qual muitos Juízos aderiram – plenamente ou em parte:

> Computar o período de dispensa temporária do cumprimento de penas e medidas alternativas de cunho pessoal e presencial – como a prestação de serviços à comunidade, o comparecimento em juízo etc. – durante o período da pandemia, como período de efetivo cumprimento, considerando que a sua interrupção independe da vontade da pessoa em cumprimento, decorrendo diretamente de imposição determinada por autoridades sanitárias, além do que a manutenção prolongada de pendências jurídico-penais tem um efeito dessocializador, em particular quanto as oportunidades de trabalho e renda; (CNJ, 2020).

Diante de decisão favorável à Orientação, as alternativas penais em andamento foram concluídas como cumprimento integral ou tiveram sua carga horária reduzida, o que teve efeito catalisador no cumprimento. Importa salientar que os casos oficiados, mas

não baixados pelo judiciário no período em análise, seguem em avaliação e surtirão efeito no presente indicador nos próximos períodos.
Ainda nesse contexto, salienta-se que algumas pessoas em alternativas penais permaneceram cumprindo a prestação de serviços à comunidade no período de pandemia, ainda que devidamente orientadas sobre a suspensão do cumprimento. Muitas delas cumpriram, inclusive, em atividades que contribuíram para a situação de vulnerabilidade imposta também pelo contexto; e algumas tiveram o acompanhamento finalizado pelo cumprimento efetivo da alternativa penal. Na mesma lógica, evidencia-se que nesse período também não houve análise da regularidade que causa o descumprimento (devido à suspensão do cumprimento); foram descumpridos apenas os casos que já apontavam sua irregularidade antes de março.

Diante do exposto, registra-se que a contabilização do indicador foi impactada por todos esses motivos e atravessamentos, o que torna o dado impreciso. Registra-se, por fim, que a meta foi alcançada nesse período, sendo 78,9% o percentual de alternativas penais cumpridas.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.971	**3.917**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.
Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede.
Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:
1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;
3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais.
4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais.
5) Visitas de captação de novos parceiros;
6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;
7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram realizadas acumuladamente 3.917 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.971 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

UPC	4°, 5º E 6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	247	-	-	-	247
BELO HORIZONTE	343	98	44	100	585
BETIM	53	29	16	16	114
CONTAGEM	172	39	20	24	255
DIVINOPOLIS	133	31	35	50	249
GOVERNADOR VALADARES	171	37	22	21	251
IBIRITE	117	35	37	41	230
IPATINGA	269	52	60	72	453
JUIZ DE FORA	231	45	43	62	381
MONTES CLAROS	93	20	35	13	161
R. DAS NEVES	178	20	23	10	231
SANTA LUZIA	86	8	9	9	112
SETE LAGOAS	72	7	7	8	94
UBERABA	144	21	58	22	245
UBERLÂNDIA	132	22	29	29	212
VESPASIANO	97	-	-	-	97
TOTAL	2.538	464	438	477	3.917

No que diz respeito às ações de rede realizadas no período de referência, a meta foi alcançada e superada: foram desenvolvidas 1.379 ações, que representam um aumento de 189% em relação ao esperado para o período. Salienta-se que esse aumento ocorreu em decorrência da adaptação necessária ao contexto para que as ações junto à rede de alternativas penais fossem desenvolvidas, considerando o fechamento parcial ou total das instituições parceiras desde março deste ano, em decorrência da pandemia de COVID-19. Diante da impossibilidade de realizar visitas e demais atividades presenciais, a equipe manteve o vínculo, construiu e orientou os parceiros através de contatos telefônicos e videochamadas. Destaca-se, também, a intensificação das articulações com a rede de proteção social, tendo em vista que as pessoas acompanhadas demandaram da Central suporte às suas vulnerabilidades e riscos despertados pela pandemia.

Além disso, ressaltam-se as inúmeras e constantes articulações com o Poder Judiciário desde março para alinhamentos e construções sobre a suspensão ou cumprimento de alternativas penais, bem como sobre as orientações ao público cumpridor diante das muitas Portarias divulgadas. Somado a isso, a partir de 14/09/2020, com a já citada Portaria do TJMG que determina a retomada das atividades presenciais do Judiciário, alguns Juízos orientaram o retorno do cumprimento das alternativas penais, e, devido a isso, observa-se discreto aumento desse quantitativo no mês de setembro, pois as equipes técnicas vêm articulando a reconstrução da prestação de serviços à comunidade junto aos parceiros que compõem a rede de alternativas penais.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
11.167	**8.785**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.
Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.
Para fins deste indicador serão contabilizados:
1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
3) Atendimentos individuais com familiares de egressos;
4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar;
5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença;
6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.
7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.
8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram realizados cumulativamente 8.785 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 11.167, alcançou-se 78,66% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

UPC	4º, 5 E 6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	144	-	-	-	144
BELO HORIZONTE	1050	185	153	209	1.597
BETIM	439	91	87	110	727
CONTAGEM	519	108	80	100	807
GOVERNADOR VALADARES	331	76	60	93	560
IPATINGA	369	96	77	65	607
JUIZ DE FORA	489	64	51	52	656
MONTES CLAROS	341	64	108	112	625
RIBEIRÃO DAS NEVES	683	57	88	103	931
SANTA LUZIA	331	50	56	49	486
UBERABA	689	40	21	30	780
UBERLÂNDIA	582	44	135	104	865
TOTAL	5.967	875	916	1.027	8.785

Cabe contextualizar, que no presente período avaliatório percebeu-se no âmbito dos indicadores e metas do programa, os impactos dos desdobramentos da instauração da Pandemia de COVID- 19. Para tanto, a repactuação das metas para os meses de julho a Dezembro de 2020 subsidiaram a análise das metas e indicadores aqui apresentadas.

No que refere ao indicador de atendimento, observou-se o aumento gradual da incidência desses entre os meses que compõem esse período avaliatório, ou seja, ao longo dos meses do período avaliatório, houve um aumento dos atendimentos. Entretanto, esse aumento não incorreu em alcance da meta estipulada para tal período avaliatório, visto que atingiu-se 78,66 % da meta. Todavia, destacaram-se os atendimentos individuais como principal frente de trabalho do programa nesse período, sobretudo diante da impossibilidade de realização de atividades coletivas. Nesse sentido, houve uma necessidade de adequação das frentes de trabalho visto que as equipes vinham numa crescente de realização de atividades grupais tanto com egressos quanto com pré-egressos e seus respectivos familiares no período que antecedeu a pandemia, havendo bastante investimento de todas as equipes nessa frente.

O fechamento da unidade de Araguari e o desligamento de analistas e estagiários atrelados ao retorno oscilante das equipes ao formato de teletrabalho foram fatores que impactaram no número de atendimentos nesse período avaliatório. Na somatória geral, no mês de julho, houve um número menor de atendimento se comparado aos demais meses desse período avaliatório. Entretanto, percebeu-se que municípios como Contagem e Ipatinga superam a meta de atendimentos, em sua maioria por meio de atendimentos por telefone.

Ao longo desse mês, foi extremamente necessário o constante alinhamento de elementos pertinentes a diretrizes metodológicas que favorecesse o atendimento e acompanhamento do público nesse cenário junto às equipes. Nesse sentido, os atendimentos por telefone, portanto, se configuraram como alternativa diante do teletrabalho, e se estendeu aos meses em que os atendimentos presenciais já se faziam uma realidade, associados ao público que tiveram alguma impossibilidade de acessar (egressos e familiares que integram grupos de riscos para contaminação da COVID - 19).

Em Betim a meta de atendimento foi alcançada no mês de julho ao se adotar a estratégia de retomar os atendimentos por telefone com egressos acompanhados a partir das vulnerabilidades e a mobilização do público para o atendimento presencial a partir do retorno deste no mês seguinte. Em contrapartida, Belo Horizonte e Uberaba também realizaram a ação supracitada, entretanto, não lograram o alcance da meta devido aos atravessamentos observados a esse modelo de atendimento, como a ausência ou alteração de números, problemas com o sinal telefônico e o desafio de se aprofundar em vulnerabilidades como envolvimento criminal ou violências, atreladas ao sigilo e desconfiança nas informações em que se almejava e incorrendo em atendimentos marcados pelas demandas objetivas e pontuais.

Ainda no que toca ao público, tivemos como excepcionalidade do período de pandemia, as liberações do judiciário àquelas pessoas que já estariam prestes a alcançar o regime semiaberto ou atendem aos critérios de risco para COVID-19. Devido ao alastramento nos presídios, fez necessária a concessão do alvará de soltura com a tentativa de minimizar os casos de testagem positivas nas UPs. Desta forma, esse público começa a acessar o PrEsp no mês de junho de 2020, sendo referenciados como "saídas COVID". Diante da peculiaridade desta saída, foi necessário o alinhamento metodológico às equipes do programa no mês de julho, uma vez que anterior a isso, quando esse público era classificado e contabilizado como pré-egresso, por não ter ainda alcançado a progressão de regime e ser a qualquer momento intimado a retornar a UP, no mês de julho de 2020 as equipes iniciam a contabilização desses usuários enquanto público egresso, podendo ser realizada a inscrição e iniciar o acompanhamento, o que anteriormente não estava sendo realizado.

Com a retomada dos atendimentos presenciais nos meses de agosto por parte significativa das equipes, observou-se o impacto da suspensão das assinaturas no que toca ao acesso do público ao programa. Cabe contextualizar que as assinaturas no âmbito do PrEsp remetem a uma das principais "portas de entrada" do público para o programa, visto que corresponde a circulação expressiva de egressos no espaço físico do CAPIE - Centro de Alternativas Penais e Inclusão de Egressos do Sistema Prisional, e desdobrando em inscrições e acompanhamento de egressos, que aproveitam o acesso ao programa para demandar atendimento.

A condicionalidade de "coleta de assinatura" permaneceu suspensa, desde março de 2020, com a instauração da pandemia de COVID-19, repercutindo expressivamente no quantitativo de egressos que acionaram os CAPIE onde essa ação perdurava. Entretanto, cumpre salientar que o judiciário estabeleceu datas limites para reposicionamento quanto ao retorno das assinaturas, nesses períodos notou-se o aumento de egressos que acionaram o programa em busca de informações e repercutiu em atendimentos, conforme observado em Uberlândia.

Além da condicionalidade referente a assinatura como mencionada acima, o judiciário estabeleceu portarias que incorreram e prorrogaram a suspensão de atividades como Audiências Admonitórias, entrega de Intimações, em suma atividades que pressupunham a circulação de pessoas em Fóruns e outros espaços associados a esse. Tal cenário refletiu em aumento expressivo de demandas por orientações jurídicas endereçadas ao programa pelo público, considerando que os processos eram "movimentados" independente da suspensão das atividades "presenciais".

Em setembro devido a retomada de algumas ações anteriormente mencionadas na esfera do judiciário, percebeu-se o aumento de egressos que acessaram o programa devido a tal aspecto, e repercutiu em atendimentos em municípios como Contagem (100) e Governador Valadares (93). Observou-se nesses atendimentos, a expressiva presença de pessoas que receberam liberação das UP - Unidades Prisionais no início da Pandemia e compareceram neste mês ao programa, a partir da retomada ainda sutil do judiciário.

Aliás, a dilatação do tempo entre a saída do sistema prisional e o comparecimento desses egressos para atendimento no PrEsp, provocou o programa a se atentar para a leitura dos atravessamentos no que se refere a organização desses egressos para retomada da vida em liberdade, sobretudo para o que é pertinente ao acompanhamento de vulnerabilidades, processos de criminalização e estigmatização do público.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
78%	**81,74%**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 81,74%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78% a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 15 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	0	0	-
BELO HORIZONTE	397	471	84,29%
BETIM	216	256	84,38%
CONTAGEM	189	214	88,32%
GOVERNADOR VALADARES	69	88	78,41%
IPATINGA	108	159	67,92%
JUIZ DE FORA	109	124	87,90%
MONTES CLAROS	159	217	73,27%
RIBEIRÃO DAS NEVES	155	177	87,57%
SANTA LUZIA	98	139	70,50%
UBERABA	62	75	82,67%
UBERLÂNDIA	94	106	88,68%
TOTAL	1.656	2.026	81,74%

De acordo com as orientações metodológicas, ao longo do mês de julho de 2020, as equipes do Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional iniciaram o procedimento de realizar inscrições de novos egressos que demandaram pelo programa, via telefone. Tal procedimento foi avaliado e repassado para as equipes com as ponderações necessárias visando (i) a qualidade das informações, (ii) o início de um estabelecimento de vínculo com o egresso para que o mesmo encontrasse a segurança no sigilo das informações por parte do programa naquelas informações prestadas, e (iii) a eficácia necessária para que o programa pudesse intervir nas vulnerabilidades apresentadas pelo público, naquele que é o momento mais oportuno, quando o egresso apresenta mais questões de vulnerabilidades sociais às quais o programa tem maior amplitude de intervenção. Isso se fez necessário uma vez que parte das equipes ainda se encontrava em algumas semanas do mês de julho em teletrabalho diante o aumento de casos de COVID-19 naqueles municípios.
Tal procedimento impacta diretamente no percentual de adesão do programa, uma vez que para fins deste indicador não são somados os atendimentos que geraram uma nova inscrição e nem os atendimentos aos familiares de egressos.
Até o mês de julho de 2020 notou-se que a maioria das equipes tiveram acima de 90% de percentual de adesão no PrEsp, e que a partir desta, até então, nova orientação, o programa vinha realizando em sua grande maioria atendimentos de retorno àqueles egressos já inscritos.
Tal reflexo foi possível ser percebido nos meses de agosto e setembro de 2020 quando ficou mais claro às equipes tanto o objetivo deste novo procedimento quanto a efetiva inscrição aqueles egressos que apresentavam demandas de acompanhamento a partir de uma nova inscrição por telefone.

Em Betim e Santa Luzia os números de atendimentos ao público estão dentro da meta esperada, porém como houve um aumento no número de inscrições nos meses de agosto e setembro de 2020 em relação aos meses anteriores, a média de vinculação é menor considerando que houve uma crescente de novos egressos atendidos.

Já em Ipatinga e em Uberaba onde também houve uma crescente nos números de novos egressos inscritos, a vinculação foi ainda menor, considerando que ambas equipes além de não atingirem a meta de atendimentos no mês, realizaram um alto número de atendimentos a familiares de egressos.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
845	**1.541**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O PRESP desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.
Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:
1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
6) Visitas às unidades prisionais.
No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) foram realizadas acumuladamente 1.541 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 845 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 16 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

UPC	6° PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	6	-	-	-	29
BELO HORIZONTE	42	19	18	14	156
BETIM	21	13	5	9	70
CONTAGEM	26	26	20	26	129
GOVERNADOR VALADARES	24	22	14	8	96
IPATINGA	83	30	17	15	188
JUIZ DE FORA	37	33	17	21	156
MONTES CLAROS	18	8	23	7	88
RIBEIRÃO DAS NEVES	66	17	7	6	116
SANTA LUZIA	13	8	10	10	57
UBERABA	63	47	22	24	214
UBERLÂNDIA	92	34	45	36	242
TOTAL	491	257	198	176	1541

A mobilização de rede no Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional se apresenta acima da meta neste período avaliatório, mas se compararmos ao primeiro mês em que as equipes estiveram integralmente em teletrabalho (mês de junho 2020) observa-se uma queda gradual mês a mês. Em julho de 2020 as equipes realizaram 279% da meta; em agosto de 2020 251% da meta; e em setembro de 2020 191% da meta. As redes parceiras do município apresentaram-se acessível e com facilidade de contato neste contexto de pandemia e afastamento social, o que propiciou o acompanhamento e elevação deste indicador. Observou-se uma disponibilidade e facilidade no contato com esta rede parceira trazendo agilidade no acompanhamento dos casos do programa.

O aumento das categorias de discussões de casos com a rede, devido ao formato de trabalho remoto e acompanhamento dos casos, contribuiu na elevação desse indicador, o que fez com que ao longo dos meses, a supervisão metodológica realizasse diversas intervenções para melhor entendimento e qualificação das ações de mobilização de rede.
Tal análise é possível ser feita visto como os indicadores de cada unidade se manifestaram. As equipes puderam analisar cada ação, anterior ao lançamento no instrumento de coleta de dados de mobilização de rede, qualificando seu entendimento.
E a queda a qual mencionamos acima está diretamente relacionada ao retorno gradual dos atendimentos presenciais nas CAPIE's, o que demandou maior investimento da equipe em atendimentos ao público que acessou o programa, após períodos significativos em trabalho remoto. Nesse cenário, diálogo com a rede se fez necessário, por isso o número ainda se apresentou tão significativo. Porém, além de se priorizar o público, e, por conseguinte suas demandas, diversas redes retomaram o

atendimento presencial proporcionando as equipes do PrEsp, o referenciamento dos egressos para atendimento nessas instituições.

Situações que se destacaram nesse contexto de Pandemia em relação às mobilizações de rede neste período avaliatório estão relacionados ao sistema de justiça. Pois se fez necessário um diálogo constante com órgãos como a Defensoria Pública e Ministério Público devido ao não funcionamento das demais estruturas do judiciário e constantes violações da Monitoração Eletrônica, ora por parte do funcionamento do equipamento, ora por parte do não acesso a UGME.

E ainda, com a ampliação do público atendido pelo programa atendendo a prerrogativa da Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa, observou-se a crescente chegada de pré-egressos com monitoração eletrônica e saída da covid e presos provisórios. O que incorreu na necessidade pungente de iniciar articulações nos municípios sob a perspectiva de ampliar a portas de entrada para esse público. Assim, a mobilização de rede se orientou também sob a perspectiva de tais mudanças, além de articulações junto às outras instâncias do judiciário e unidades prisionais, com vistas a atingir e sensibilizar espaços onde circulam esse público.

A supervisão metodológica investiu nessas discussões ao longo dos meses de julho a agosto de 2020, nas reuniões de supervisão, com o objetivo de ampliar o repertório de respostas das equipes frente às possibilidades de chegada do público ao programa, e assim termos possibilidades de novas portas de entrada. Tal necessidade ficou ainda mais evidenciada neste momento de suspensão das assinaturas em nove CAPIE´s que ainda tem como "porta de entrada" o comparecimento mensal das assinaturas da prisão domiciliar e livramento condicional encaminhados pelas VEPs.

Tais articulações são possíveis de serem percebidas de forma mais concretas em alguns municípios. Em destaque, o trabalho desenvolvido nos municípios de Juiz de Fora e Uberaba nos quais já não se tem assinatura desde o ano de 2018, e por isso, tais aspectos integram o cotidiano do trabalho das equipes. Os encaminhamentos realizados pela rede ao PrEsp foram significativos nesse período avaliatório, sobretudo em tais municípios.

No que tange a mobilização de rede, o município de Montes Claros se evidenciou ao elevar o número deste indicador no mês de agosto de 2020. As equipes da Base Municipal (PrEsP e CEAPA), organizaram um Encontro de Rede que objetivou mobilizar os serviços para discussão de pautas pertinentes aos egressos do sistema prisional e pessoa em alternativa penal, propiciando um espaço virtual para abordar pontos referentes ao trabalho no município com tais públicos.

Os municípios de Betim, Governador Valadares, Ribeirão das Neves e Uberlândia apresentam uma queda neste indicador no último mês do período avaliatório, uma vez que houve um maior investimento nos atendimentos ao público na CAPIE em detrimento das ações de mobilização de rede.

E nos municípios de Contagem e Ipatinga as ações de mobilização de rede tiveram destaque frente às supervisões metodológicas uma vez que foram necessárias discussões acerca da condução desta relação no trimestre, ora pela necessidade do acompanhamento do público e os desdobramentos dos encaminhamentos, ora pelos desafios postos nestas articulações.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

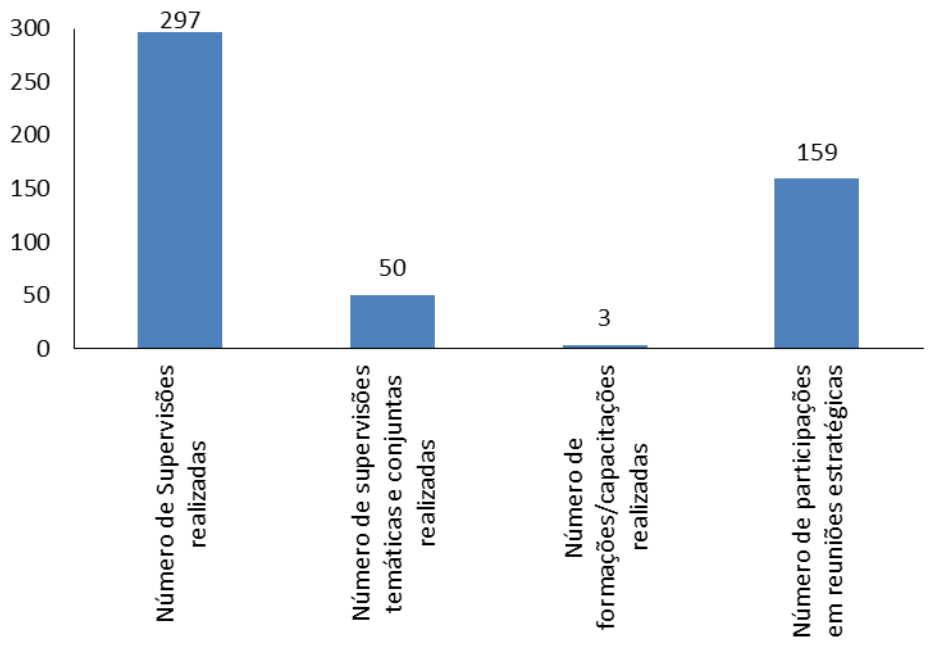
Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 6.1. Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
100%	**-**
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que tanto o Supervisor Geral, quanto os Supervisores Metodológicos, possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem e acompanhem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o percentual de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica no interior de acordo com os cronogramas.

No 7º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/07 a 30/09/2020) em virtude da pandemia de Coronavírus e da contingência orçamentária não foram realizadas viagens para visitas de supervisão metodológica nem de supervisão da gestão. Isso não significa dizer que as atividades inerentes ao processo de acompanhamento das equipes técnicas e dos gestores sociais não ocorreram. Pelo contrário, o distanciamento social e a aplicação de medidas de segurança implicou na necessidade contínua de estabelecimento de processos de trabalho inovadores de modo a garantir o funcionamento da Política de Prevenção.
Nesse contexto, a supervisão metodológica e a supervisão da gestão se constituíram como atores ainda mais indispensáveis no processo de condução da política de prevenção. Em todos os programas, a partir do diálogo com as respectivas diretorias, estes atores elaboraram todas as diretrizes pertinentes as mudanças de rotinas de processos para garantir o atendimento às populações das áreas de atuação da política de prevenção. Acompanharam cotidianamente a implantação das novas rotinas, orientando e solucionando problemas em termo real.
Abaixo descrevemos para cada um dos programas uma síntese de atividades realizadas:

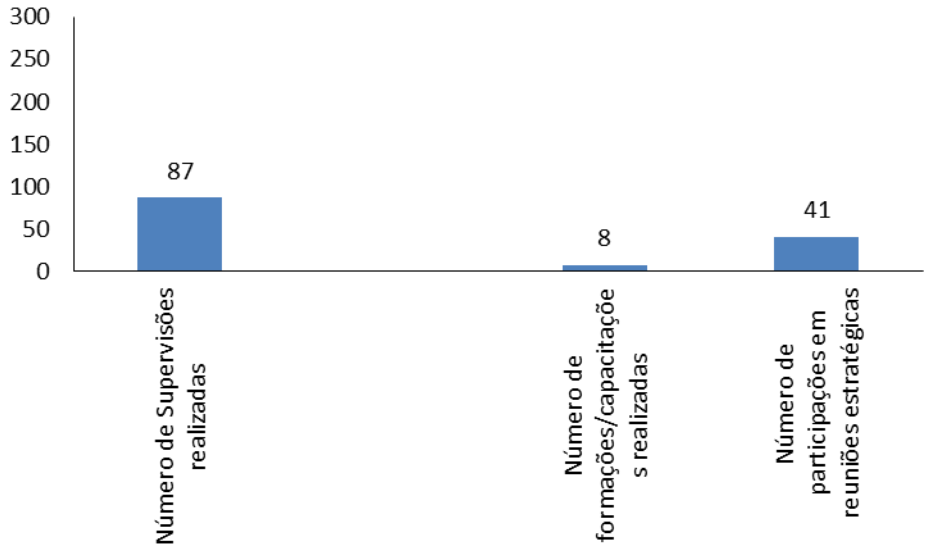
Programa Mediação de Conflitos

Quantitativo de atividades de supervisão metodológica realizadas no período – Julho a Setembro de 2020



Programa Fica Vivo

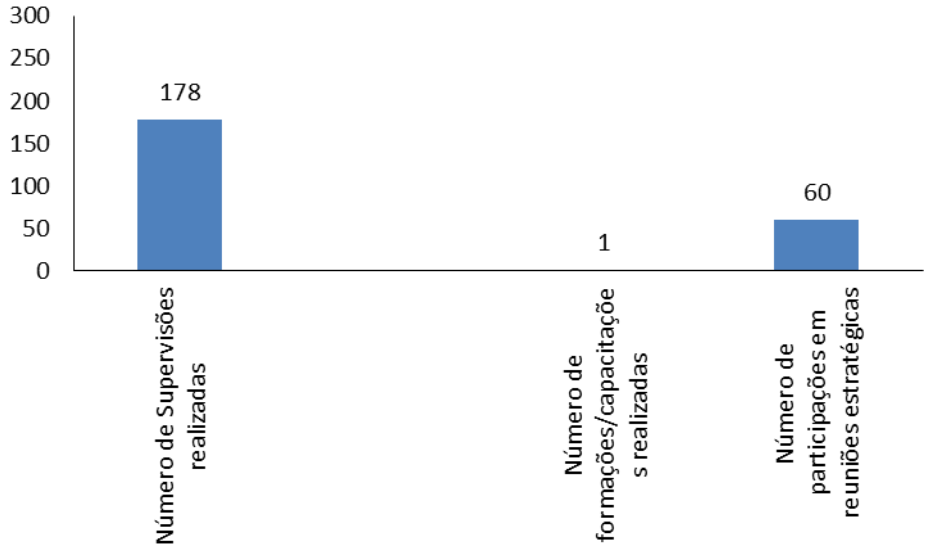
Quantitativo de atividades de supervisão metodológica realizadas no período – Abril e Junho de 2020



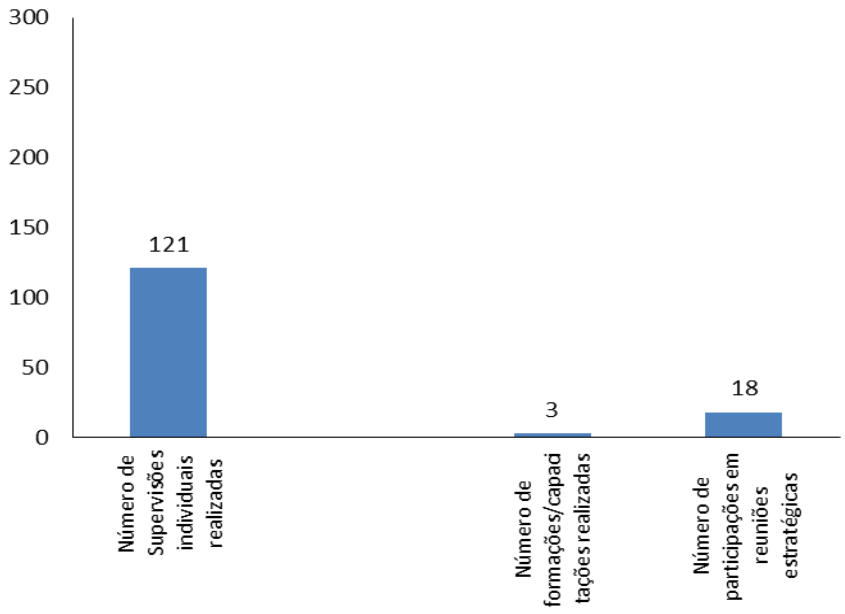
Principais temas das orientações: Orientação dos casos e demandas específicas; discussão sobre as demandas do público atendido; discussão sobre as dinâmicas dos territórios e Municípios;

CEAPA

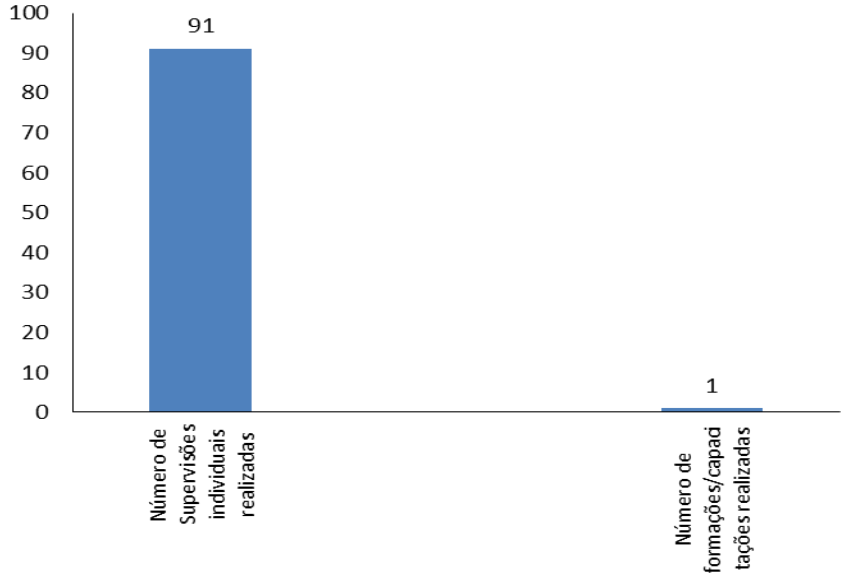
Quantitativo de atividades de supervisão metodológica realizadas no período – Abril e Junho de 2020



PRESP



Supervisão da Gestão



Fonte de comprovação do indicador
Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 6.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	**9,8**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.
Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

Tendo em vista o contexto descrito em todo o relatório associado à pandemia de coronavírus as reposições de pessoal foram diminuídas e realizadas apenas para ajustes de equipe. No período foram realizadas apenas 5 reposições que em média duraram 9,8 dias.

DATA DA REQUISIÇÃO DE PESSOAL	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DO NOVO FUNCIONÁRIO	DIAS PARA REPOSIÇÃO
17/08/2020	01/09/2020	15
20/08/2020	01/09/2020	12
21/08/2020	01/09/2020	11
31/08/2020	01/09/2020	01
01/09/2020	14/09/2020	13-3= 10 01 candidata não aceitou:

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial	
Indicador nº 7.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
52	**59**
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência das UPC's. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC's. O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de gerar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs.

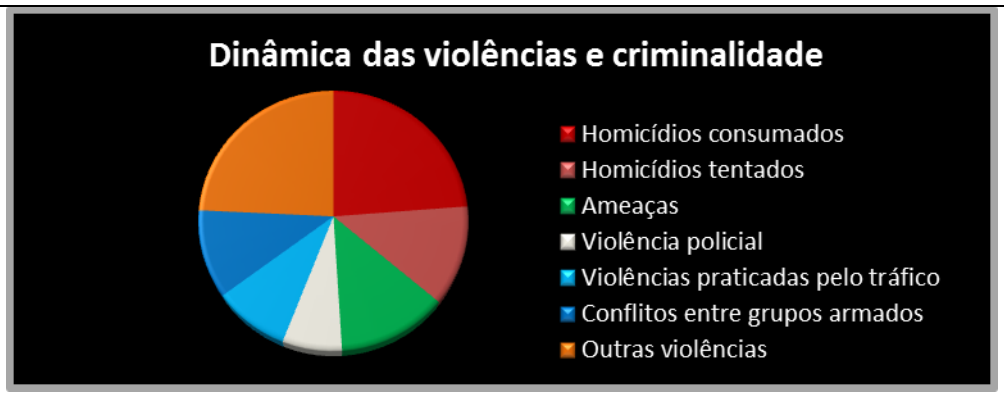
No 7º PA foram entregues 59 relatórios das 33 Unidades de Prevenção de Base Local, sendo 29 dentro do prazo estipulado. As informações mensuradas remetem as entregas realizadas no 10º dia útil de maio/20 contempladas em um relatório bimestral por Unidade de Prevenção de Base Local.

Os Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPCs de Base Local consistem em documentos de registros e análises das dinâmicas sociais das violências e da criminalidade e contém os principais registros de fatos e fenômenos percebidos nos territórios atendidos pelos programas. Seu objetivo é sistematizar um conjunto de informações que permitam aos Gestores Sociais e equipes dos programas construírem, intervir, acompanhar e avaliar de forma estratégica ações e encaminhamentos que permitam intervenções nesse contexto.

No trimestre de análise foram entregues 59 (100%) relatórios de 33 Unidades de Prevenção de Base Local. As informações mensuradas remetem as entregas realizadas no 10º dia útil dos meses de julho e setembro/2020 contempladas em um relatório bimestral por Unidade de Prevenção de Base Local. Importante salientar que o bimestre julho/agosto contou com a entrega de apenas 26 relatórios por conta da suspensão das atividades de 9 UPCs de Base Local a parti de julho.

Para construção de uma leitura geral tomamos enquanto parâmetro as informações sistematizadas nos Relatórios Analíticos dos bimestres maio/junho e julho/agosto ano de 2020.
Segundo dados do Observatório de Segurança Cidadã/SEJUSP, foram registrados 48 homicídios consumados nas áreas de abrangência das UPC´s de Base Local no período de maio a agosto de 2020. No mesmo período em 2019 foram registrados 57 homicídios consumados, queda de 15%.

Alguns aspectos dos elementos registrados pelos Gestores Sociais na leitura/análise dos fatos e fenômenos de natureza social, histórica, cultural, econômica, territorial e criminal, que interferem na incidência de criminalidade nos territórios, merecem destaque.



Foram objetos de leitura e análises nos relatórios elaborados no período de maio a agosto de 2020 pelo menos 48 homicídios consumados nas áreas das UPCs de Base Local. Tivemos também relatos de homicídios consumados e tentados fora das áreas de abrangência das UPCs de vítimas com algum envolvimento criminal moradoras dos territórios. Algumas dessas situações estavam ligadas à dinâmica criminal como conflitos e rivalidades oriundas do tráfico ilícito de drogas com desdobramentos negativos nas comunidades. Muitos desses episódios trouxeram diversos impactos e contribuíram para a intensificação da dinâmica social das violências e criminalidade nos territórios. Nos chama atenção pelo menos 25 relatos de homicídios tentados registrados no período. Alguns desses ocorreram concomitantemente com situações de homicídios consumados e envolveram mais de uma vítima.

Foram registrados 26 relatos de ameaças e percebemos intervenções diretas dos programas na construção de estratégias de acolhimento, orientação, encaminhamento e tentativa de garantir a manutenção da vida dessas vítimas, alguns episódios com o resultado positivo de saída das pessoas dos territórios.

A atuação do tráfico ilícito de drogas nos territórios se apresenta, em vários momentos, como parte importante evidenciada em diversos contextos de violência. Foram apresentados 22 relatos de conflitos entre grupos armados na disputa pelo comércio ilícito de drogas nos territórios. A maioria desses conflitos está associada a episódios de disparos de arma de fogo, circulação de pessoas armadas, ocorrências de homicídios tentados e consumados, furtos, roubos e consequentemente aumento da sensação de insegurança dos moradores dessas localidades. Enquanto respostas a esses pontos também foram registradas constantes operações e ocupação dos territórios como primeira ação das polícias. Observamos descrições qualificadas e ricas em detalhes dessas dinâmicas nos relatórios. Tais leituras vincularam diversas violências praticadas por pessoas envolvidas no contexto do tráfico ilícito de drogas, geralmente enquanto mecanismo regulador, punitivo e reprodutor de práticas de justiçamento. Foram identificados pelo menos 18 relatos de violências praticadas pelo tráfico de drogas com punições físicas como espancamentos e torturas (cobrança de dívidas e “vacilos”), expulsão de moradores, toques de recolher e restrição de circulação de pessoas em algumas localidades.

Ponto de destaque nos relatórios referiu-se à atuação policial a partir de relatos de moradores, lideranças/referências comunitárias e rede de serviços. Foram apontados 14 relatos de violência policial. Esses episódios são apresentados a partir de circunstâncias envolvendo ameaças, abordagens truculentas, “solicitações” de repasse de informações sobre suspeitos, localização de drogas e armas. Importante sinalizar que essas situações não são apresentadas somente por pessoas que supostamente poderiam ter algum tipo de envolvimento com a criminalidade. Esse tipo de atuação contribui para manifestação, em alguns momentos, de uma relação conflituosa e acirrada entre comunidade e polícias.

Outros aspectos desenvolvidos na leitura e análise nos relatórios foram diversos outros tipos de violências presentes nos territórios, 49 relatos de outras violências. Destacam-se 33 relatos de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher (física, psicológica, moral e sexual). Percebemos o crescimento exponencial das situações de violência contra mulher no período de pandemia e isolamento social. Importante apresentar também algumas situações descritas nos relatórios que possuem referência com os contextos dos territórios e relação direta com as formas de organização das comunidades e territórios, algumas delas com impacto direto na dinâmica social das violências e criminalidade.

Nos chama atenção o aumento significativo do número de operações policiais realizadas nos territórios no período. Foram sinalizadas pelos menos 48 situações de operações policiais, dentre abordagens, blitz, apreensões de armas, drogas, munições, rádios comunicadores, prisões e apreensões de menores. No contexto ainda das restrições de isolamento social impostas pelo período de pandemia foram apontadas situações de festas/retomada de bailes funk/aglomerações/comércio irregular/práticas de esportes coletivos, em grande parte dos casos o público envolvido nesses episódios era jovem. Outros pontos apresentados trouxeram elementos diretamente ligados à sensação de segurança dos moradores como circulação de pessoas armadas, disparos de arma de fogo e retorno de egressos do Sistema Prisional para os territórios. Nesse último ponto, percebemos que o retorno de algumas pessoas alterou sensivelmente a dinâmica dos conflitos entre os grupos, dada influência/referência e interferência que elas ainda possuem no contexto da criminalidade nas comunidades.

Enquanto desafio, apontamos ainda o movimento de retomada da vinculação dos programas e das UPC´s com os públicos atendidos, moradores e redes de proteção social. Mais do que sabido, dada a complexidade de tratativa das questões relacionadas aos fenômenos de violência e criminalidade, que a vinculação direta e presencial dos programas com os públicos,

lideranças/referências comunitárias, territórios, instituições/serviços da rede de proteção são fundamentais para a ampliação do nosso olhar, qualificação da leitura, análise e construção de estratégias mais assertivas no contexto da prevenção e segurança pública.

Avaliamos que ainda precisamos reestabelecer e efetivar discussões ampliadas no escopo da Política de Prevenção que possibilitem o aumento da capacidade dos atores envolvidos de contribuírem para construção de intervenções frente às mudanças nos contextos territoriais e situações de intensificação da dinâmica criminal. Enquanto ação, no dia 28/09/2020, iniciamos uma discussão entre os atores estratégicos que orientam e acompanham o trabalho junto às equipes dos programas de Base local sobre as estratégias e desafios para construção de leituras e análises dos fenômenos de violência e criminalidade.

Por fim, reforçamos a permanente necessidade de melhor conexão das leituras, análises e encaminhamentos depositados nos relatórios com vista à redefinição das estratégias e ações prioritárias dos programas e UPC´s nos territórios.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial	
Indicador nº 7.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
3	**-**

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: a Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.

Conforme detalhado no indicador 2.1, desde 01/04/2020 e 01/09/2020 as oficinas do Programa Fica Vivo estiveram suspensas. Durantes os meses de julho e agosto de 2020 foi desenvolvido pela Diretoria do Programa um plano para a retomada das oficinas com a definição de diretrizes e parâmetros para retomada em cada um dos municípios em que o programa atua. No mês de setembro de 2020, foram retomadas 14 oficinas nas seguintes UPCs:

UPC Palmital – 03 oficinas
UPC Via Colégio 03 oficinas
UPC Olavo Costa – 03 oficinas (começaram na segunda semana de setembro. Serão retomadas mais 2 assim que tiver carro para levar os kits)
UPC Santos Reis – 3 oficinas
UPC Carapina – 3 oficinas (Serão retomadas na segunda semana de outubro devido a escala de carro)
UPC Turmalina – 3 oficinas (Serão retomadas na segunda semana de outubro devido a escala de carro)
UPC Morro Alto – 2 oficinas

Na sequência serão retomadas as atividades seguindo o seguinte cronograma:

Oficinas a serem retomadas em 19/10/2020 – 2ª Onda

UPC Ressaca – 3 oficinas
UPC Nova Contagem – 1 oficinas
Adiado para 03/11/2020
UPC PTB – 3 oficinas
UPC Jardim Teresópolis – 3 oficinas
UPC Citrolândia – 3 oficinas

Oficinas a serem retomadas em 13/11/2020 – 3ª Onda

3 oficinas para cada UPC de BH

Oficinas a serem retomadas em 01/12/2020 – 4ª Onda

3 oficinas para cada UPC de Neves
3 oficinas para UPC de Uberlândia

Assim, no relatório referente ao mês de setembro de 2020 como prazo de entrega em outubro serão descritas as oficinas retomadas. Por isso, solicita-se a desconsideração desse indicador da avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial	
Indicador nº 7.3. Número de relatórios de gestão do Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
3	**3**
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
Descrição: o Relatório de Gestão do Programa Se Liga consiste em um documento de registro e análise das ações qualitativas e quantitativas realizadas pelas equipes técnicas do Programa. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório que contemple as seguintes informações: 1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo; 2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes; 3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes; 4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes; 5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes; 6) Número de ações com familiares e de participantes; 7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo; 8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes; 9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas; 10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos. 11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado); Mais do que um registro numérico, os relatórios deverão contemplar o cruzamento de informações referentes aos esforços realizados pela equipe técnica e os resultados obtidos no tocante ao atendimento aos adolescentes público do Programa. Deve também sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa Se Liga no período de análise. Os relatórios deverão ser encaminhados pela OS para a SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência. Durante o período foram elaborados os três relatórios estipulados. Informações acerca dos atendimentos podem ser encontradas no indicador 3.1.	
Fonte de comprovação do indicador	
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC	

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial	
Indicador nº 7.4. Número de relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
3	**3**
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

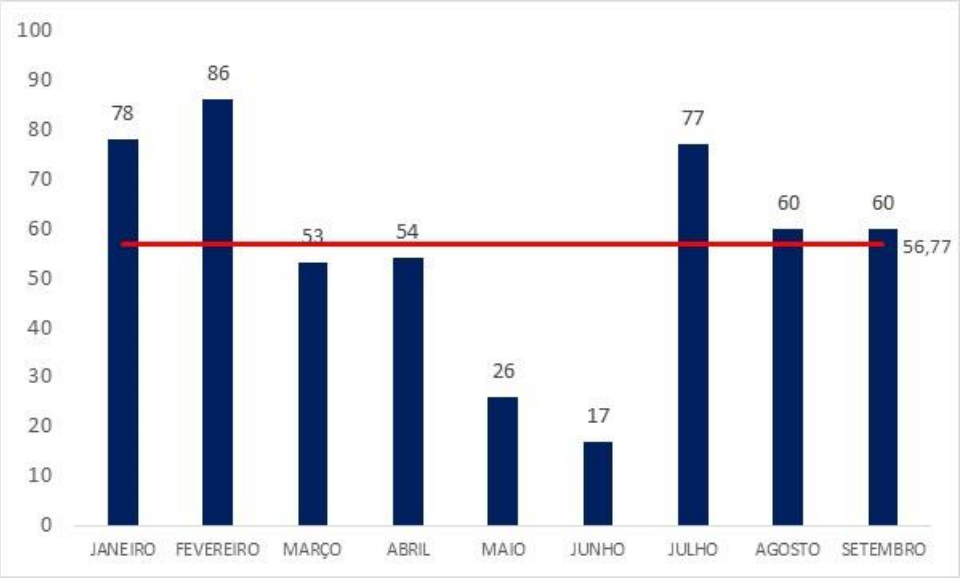
Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa que visa a fomentar a realização de ações de prevenção à criminalidade pelas
administrações públicas municipais, com apoio técnico e metodológico por parte da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. O
monitoramento do Programa nos municípios parceiros é fundamental para garantir sua efetividade e promover visão sistêmica da execução.
A partir dos relatórios mensais enviados pelos Articuladores de Prevenção à Criminalidade, a OS será responsável pela elaboração dos
Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas que deverão conter:
1) Número de reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
2) Percentual de presença de membros nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
3) Registros das principais discussões e encaminhamentos das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
4) Número e descrição de reuniões realizadas com a rede por município;
5) Número e descrição de parcerias firmadas para viabilização do Programa por município;
6) Número e descrição de ações de mobilização comunitária realizadas por município;
7) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;
8) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.
Assim, a OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório, conforme diretrizes específicas emanadas pela SEJUSP/SUPEC.

Durante o 7º período avaliatório foram elaborados 3 relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas. Durante o período foi mantido um diálogo produtivo com a Direção do Programa no sentido de ajustar os relatórios elaborados às demandas do programa, bem como realizada a finalização da fase de diagnóstico no município de Alfenas.

O Programa Selo Prevenção é uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais que, em parceria com as administrações públicas municipais, visa contribuir para a criação e fortalecimento de políticas públicas municipais direcionadas à redução e prevenção de violências e criminalidades locais, a partir do apoio técnico e metodológico do Estado. Desta forma, busca capacitar as administrações públicas municipais em prevenção à criminalidade e estimular a mobilização e participação social, construindo coletivamente ações no âmbito dos fatores geradores de violências. O município aprovado no ciclo do Programa será certificado com o Selo Prevenção Minas e reconhecido como município parceiro da Política de Prevenção à Criminalidade.
A metodologia do Programa desenvolvida pela Subsecretaria de Políticas de Prevenção prevê a execução de um ciclo composto por seis etapas que são: 1. Adesão do município; 2. Elaboração de um Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã; 3. Construção de um Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade; 4. Implementação e Articulação das ações propostas no Plano; 5. Avaliação dos resultados e; por fim, a 6. Certificação mediante aprovação pela Diretoria Estadual do Programa Selo Prevenção Minas.
O Relatório Mensal de Ações do Programa é um dos instrumentos de consolidação do monitoramento da execução das fases do programa, descrevendo e analisando as ações empreendidas pelos parceiros, estado e município, para a realização de cada uma delas.

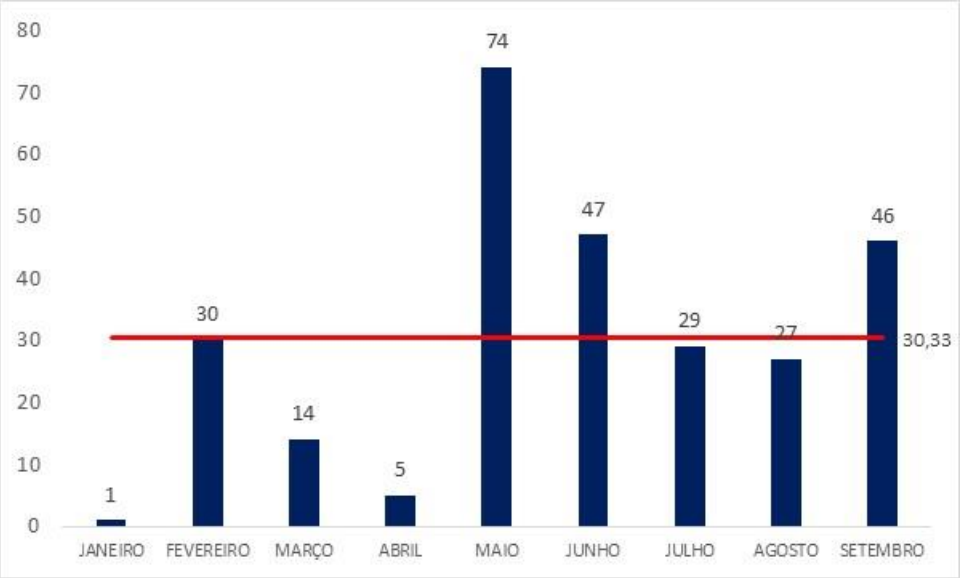
Abaixo uma descrição dos dados de ações do programa em Alfenas e Tocantins em setembro de 2020.

Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Alfenas – Janeiro a setembro de 2020



Durante o mês de setembro a média geral de atividades realizadas pelo Programa Selo Prevenção em Alfenas aumentou de 56,37 para 56,77 ações desde janeiro de 2020. Foram realizadas um total de 60 ações da fase de diagnóstico no município. Boa parte delas foram para a organização da 7ª e 8ª reuniões da Comissão que aconteceram nos dias 16 e 30 de setembro respectivamente, além de encaminhamentos feitos a partir do que foi discutido nas reuniões anteriores.
O trabalho da equipe do Programa Selo Prevenção Minas em Alfenas concentrou-se na conclusão da fase de diagnóstico, marcada pela entrega do documento final pela OS Instituto Elo, parceira na execução do Programa.

Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Tocantins – Janeiro a setembro de 2020



A média de ações realizadas em Tocantins no período entre janeiro e setembro subiu de 28,37 para 30,33 ações mensais. O número absoluto de ações saltou de 27 em agosto para 46 em setembro, todas referentes à fase de diagnóstico. A principal delas foi a realização da 5ª reunião da Comissão de Prevenção do município em 27/09. Além disso houve mais 8 ações preparatórias para execução da Reunião da Comissão, 2 encaminhamentos de reuniões anteriores, 20 ações preparatórias para construção do Diagnóstico Municipal, sendo 18 agendamentos de entrevistas com atores da rede, das quais 6 já foram realizadas em setembro, e outras 9 atividades. Dentre essas estão reuniões de supervisão e com representantes de instituições da rede do município, além da capacitação na aplicação das entrevistas para realização do Diagnóstico.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 8.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	**Resultado do período avaliatório**
100%	
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.

O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.

Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados.

Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação dele ocorrem após a elaboração desse relatório.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão

Área Temática: Gestão da Parceria

Indicador nº 8.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Abaixo segue as descrições das ações a serem realizadas e avaliadas no período com suas respectivas datas de realização.

Nº	AÇÃO	PRAZO	DATA DA REALIZAÇÃO
7	Encaminhar à Comissão de Monitoramento, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente assinados.	Até 7 dias úteis após o final do período avaliatório.	
8	Encaminhar aos membros da Comissão de Avaliação, a cada período avaliatório, Relatório de monitoramento, com informações sobre a execução física e financeira pertinentes ao período analisado.	Antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião da Comissão de Avaliação.	
9	Realizar, a cada período avaliatório, as Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade (esta se for o caso) gerando relatório(s) conclusivo(s)	Até 15 dias úteis após o final do período avaliatório.	
10	Garantir, a cada período avaliatório, que as avaliações do Contrato de Gestão – Reuniões da Comissão de Avaliação – sejam realizadas nos prazos previstos no Contrato de Gestão.	Cronograma de Avaliação previsto no Contrato de Gestão.	
11	Disponibilizar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Relatórios Gerenciais Financeiros, devidamente assinados, nos sítios eletrônicos do OEP e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	
12	Disponibilizar os Relatórios de Monitoramento do Contrato de Gestão devidamente assinados, no sítio eletrônico do OEP ou da Política Pública e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Início	Término	Status
1	Pesquisas e Diagnósticos	1.1	Pesquisas de recorrência criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pelo CEAPA	10	Janeiro de 2020	Setembro de 2020	Não realizado

Área Temática 1: Pesquisas e Diagnósticos

Produto 1.1 – Pesquisas de recorrência criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pelo CEAPA

Duração		Status
Término previsto	**Término realizado**	
Janeiro de 2020	**Setembro de 2020**	**Não realizado**

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: este produto visa avaliar a contribuição do Programa CEAPA no sentido de prevenir a ocorrência de novos registros no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) das pessoas em cumprimento de alternativas penais no Estado de Minas Gerais. Denomina-se recorrência criminal eventos cujo cumpridor tiver outro registro criminal no REDS em data posterior a sua inscrição na CEAPA. Tal pesquisa deverá utilizar as informações dos relatórios quantitativos alimentados pelas equipes técnicas da CEAPA. Fica vedada a contratação de serviços de terceiros em qualquer etapa desse produto. Caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nesses relatórios, deverão ser aprovados pela SEJUSP/SUPEC. Será de responsabilidade da OS calcular a amostra válida e representativa e encaminhar para a SEJUSP/SUPEC as listas de pessoas em alternativas penais por município com as seguintes variáveis: nome completo, nome da mãe, data de nascimento e nº do CPF. A OS deverá se atentar às regras de sigilo de informações contidas em legislações e instrumentos normativos. Será de responsabilidade da OS realizar o tratamento de dados, correlacionando a recorrência criminal com as seguintes variáveis:

1. taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por município;
2. taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por sexo;
3. taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por faixa etária;
4. taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por escolaridade;
5. taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de ocupação profissional;
6. taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por remuneração;
7. taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por situação de cumprimento;
8) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de medida aplicada.
9) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de delito.

Critério de aceitação: Produto final aprovado pela SEJUSP/SUPEC.
Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação.
Duração: Janeiro/2020 a Setembro/2020.

Para a realização da pesquisa foram desenvolvidos vários processos como discussão técnica e metodológica entre a Gerência de Monitoramento, supervisão metodológica e Direção do Programa com a conseguinte definição dos parâmetros para sua realização. Contudo, para sua consecução seria necessário a entrega por parte do Observatório de Segurança Pública da SEJUSP da base de dados dos usuários do CEAPA com reentrada no Sistema do REDS. Devido ao contexto de pandemia, o observatório, até a data de elaboração deste relatório ainda não tinha concluído e levantamento necessário, o que inviabilizou a realização do estudo.

Por isso, solicita-se a desconsideração desse indicador na avaliação do Contrato de Gestão nesse período. A despeito da não realização da pesquisa dentro do prazo devido a fator não associado à capacidade da OS, o Instituto Elo se compromete a realizar o estudo assim que os dados forem disponibilizados.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No 7° período avaliatório do Contrato e Gestão 002/2019 (01/07/2020 a 30/09/2020) houve um total de 20 indicadores com meta. Deste total, como pode ser observado na leitura deste relatório gerencial, 10 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 terão seus resultados mensurados após a entrega deste documento. Solicita-se também a desconsideração de outros 4 indicadores do e um produto da contabilização geral da nota da parceria já que a sua não realização está associada a fatores externos a vontade dos parceiros.

Como se pode observar, a despeito do contexto da pandemia ter afetado de maneira estrutural a execução das atividades do Contrato de Gestão, inviabilizado a execução de excelência que marca o histórico da parceria, no período foi possível o desenho e retomada de atividades em praticamente todos os programas. Já houve a ampliação dos atendimentos na maioria dos programas. Em alguns casos, Programa Mediação de Conflitos, por exemplo, os resultados já se aproximam de 80% do período pré-pandemia mesmo com 7 UPCS a menos e também com redução de equipe. ?O programa CEAPA também apresentou resultados satisfatórios tendo em vistas as restrições definidas nos regramentos e normas jurídicas. De toda forma, é importante ressaltar o esforço do Instituto Elo, através de seu quadro de colaboradores e parceiros e da Subsecretaria de Políticas de Prevenção para a manutenção das atividades em um contexto tão adverso com aplicação de mudanças nos formatos de trabalhos rotineiras .

É preciso ressaltar também o inegável impacto do contexto para a política e as populações para as quais seus serviços são ofertados. As oficinas do programa Fica Vivo, em funcionamento cotidiano quase que ininterruptamente desde 2005, e principal estratégia de atendimento aos jovens das 26 comunidades em que o programa está presente, estiveram ainda paralisadas integralmente até 30/08/2020. A sua retomada em andamento tem exigido tanto do Instituto Elo quanto da SUPEC um esforço de mobilização significativo já que se trata de um conjunto de mais de 9 mil jovens participantes delas. Enfim, esse período avaliatório foi caracterizado pela esperança na retomada mais robusta das atividades pela política de prevenção.

4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:42:59 do dia 07/07/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/01/2021.
Código de controle da certidão: **6F9B.BC0E.9B7A.3001**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.514.913/0001-75
Certidão nº: 15711022/2020
Expedição: 09/07/2020, às 13:27:04
Validade: 04/01/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.514.913/0001-75, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/10/2020 a 02/11/2020

Certificação Número: 2020100403360395195849

Informação obtida em 13/10/2020 15:02:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 13/10/2020

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 11/01/2021

NOME: INSTITUTO ELO		
CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75		
LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA		NÚMERO:
COMPLEMENTO:	BAIRRO: BARRO PRETO	CEP: 30180060
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2020000425772472

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **ABIMILKKMJ**
Documento/Certidão nº **13.904.421** Exercício: **2020**
Emissão em: **05/10/2020** Requerimento em: **10:42:20** Validade: **04/11/2020**

Nome: **INSTITUTO ELO**
CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 15 de Outubro de 2020.

GLEIBER GOMES DE OLIVEIRA

Assinado de forma digital por GLEIBER GOMES DE OLIVEIRA
Dados: 2020.10.15 15:50:36 -03'00'

Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo